



EDH para Todas as Idades

3ª
EDIÇÃO

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S





EDH para Todas as Idades

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

Respeitar
é preciso



São Paulo | julho de 2019

3ª
EDIÇÃO



Prefeitura de São Paulo

Bruno Covas

Secretaria Municipal de Educação

Bruno Caetano

Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados

Raphaella Burti | Maria de Fátima de Brum Cavalheiro

Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

Rogério Sottili

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

São Paulo, julho de 2019 | 3.ª edição

Data da impressão: abril de 2020

Ficha catalográfica: Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

E244

EDH para todas as idades / Celinha Nascimento, Maria da Paz Castro, Maria Paula Zurawski (autoria); Ana Lucia Catão (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lucia Brandão (ilustrações) – 3.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2019.

102 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-85-65059-15-2

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos” do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

1. Direitos humanos. 2. Educação em Direitos Humanos. I. Título. II. Zurawski, Maria Paula. III. Nascimento, Celinha. IV. Castro, Maria da Paz. V. Catão, Ana Lucia. VI. Brandão, Lucia.

CDU 37.06+342.7:177.1

Equipe educacional

Ana Lucia Catão

Celinha Nascimento

Crislei Custódio

Maria da Paz Castro

Rogê Carnaval

Gestão de conteúdo do portal

Carol Baggio

Consultoria

Flávia Schilling

Maria Paula Zurawski

Maria Victoria Benevides

Educadoras e educadores da Rede Municipal de

Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres

para esta edição

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

A primeira edição deste material foi elaborada num processo colaborativo com professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP), sendo publicada em dezembro desse mesmo ano pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.

Sumário

Apresentação	7
Orientações para a Educação Infantil	
1. A Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil	11
2. A Educação em Direitos Humanos nos Centros de Educação Infantil	14
3. A Educação em Direitos Humanos nas Escolas Municipais de Educação Infantil	26
Orientações para o Ensino Fundamental	
1. A Educação em Direitos Humanos no Ensino Fundamental	39
2. A Educação em Direitos Humanos no Ciclo de Alfabetização	60
3. A Educação em Direitos Humanos no Ciclo Interdisciplinar	66
4. A Educação em Direitos Humanos no Ciclo Autoral	72
Bibliografia	
1. Direitos Humanos	84
2. Educação em Direitos Humanos	94
3. Métodos e experiências sobre democracia, processos participativos, diálogo e conflitos na escola	101

APRESENTAÇÃO

Caras educadoras e caros educadores,

Este caderno, intitulado *EDH para Todas as Idades*, faz parte da terceira edição do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso!, que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo. Além das ações de formação, esse projeto conta, nesta edição, com sete cadernos (*Respeito na Escola*, *EDH para Todas as Idades*, *Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Mediação de Conflitos*), que foram atualizados e reorganizados.

Esse material foi elaborado, em 2014, por meio de um processo participativo com base na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso! Entre 2015 e 2018, a sua utilização em ações de formação na Rede Municipal de Ensino de São Paulo com os integrantes das Diretorias de Ensino e com as educadoras e os educadores que compõem as Comissões de Mediação de Conflitos trouxe possibilidades de adequação editorial das publicações e ampliação dos conteúdos para esta nova edição.

Em seu conjunto, os documentos abarcam pontos cruciais para que as práticas educacionais promovam um clima de respeito mútuo nas escolas, no sentido de afastar as possíveis violências psicológicas, institucionais, simbólicas e físicas do cotidiano escolar e, assim, garantir um ambiente potente de aprendizagem para todas e todos.

O caderno *Respeito na Escola* dialoga com os adultos da escola, todos considerados educadores, para a reflexão, o planejamento e o desenvolvimento de ações nas escolas, sejam elas de adequação de rotinas, planos de aula, atividades com os alunos, com os pais, entre outras. O caderno *EDH para Todas as Idades* traz reflexões, orientações e sugestões de atividades para o trabalho educativo com crianças e adolescentes nos contextos dos CEIs, das EMEIs e de cada um dos ciclos do Ensino Fundamental.

Os demais cadernos são temáticos e tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto Respeitar é Preciso! e o trabalho nas escolas. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada: *Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*.

Este caderno *EDH para Todas as Idades* foi organizado de modo a contemplar as especificidades do trabalho educativo nos CEIs, nas EMEIs e nos três ciclos do Ensino Fundamental (Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral), com base na concepção de aprendizagem e de formação de valores como processos contínuos e permanentes a serem cuidadosamente acompanhados na escola pelas educadoras e pelos educadores, desde a mais tenra infância. O texto dialoga com atividades próprias de cada uma dessas etapas da escolaridade, evidenciando como a EDH pode se fazer no cotidiano das Unidades Educacionais, desde que intencionalmente orientadas para a possibilidade de crianças e adolescentes experienciarem os valores dos Direitos Humanos. Assim, poderão compreender e adotar para si os princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça e da solidariedade.



Os materiais do Projeto Respeitar é Preciso!, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal do Projeto (respeitarepreciso.org.br), onde é possível participar de encontros temáticos on-line, assistir às palestras gravadas e acompanhar a agenda dos eventos de formação. O portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta do Projeto. Convidamos a todas e todos para acessar e fazer parte da nossa rede. Vamos juntos!

Boa leitura e bom trabalho.

Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog e
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo



Orientações para a Educação Infantil

“(...) o educador em direitos humanos na escola sabe que não terá resultado no fim do ano (...). Trata-se de uma educação permanente e global, complexa e difícil, mas não impossível.”
Maria Victoria Benevides

1. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É importante atentar para o fato de que, quando a professora Benevides diz que a Educação em Direitos Humanos (EDH) “não terá resultado no fim do ano”, está chamando a atenção para a sua especificidade e para a sua não terminalidade. A EDH não é algo quantificável, mensurável em provas ou algo assim. Trata-se de uma formação em valores, que é um trabalho educativo de natureza diferente daquele dedicado à aprendizagem dos conteúdos das disciplinas e áreas de ensino. A construção de valores acontece desde o nascimento até o fim da vida e, se é verdade que esse processo educativo não acaba nunca, é verdade também que, mesmo em curto prazo, conseguimos promover novas aprendizagens e mudanças. E isso em qualquer idade.

Por isso, quando se fala em Direitos Humanos, é importante lembrar que estes incluem a criança desde o momento do seu nascimento e até mesmo antes dele. Podemos, então, compreender que o Centro de Educação Infantil (CEI) e a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) são espaços onde as crianças pequenas vivenciam

formas de ser e estar no mundo que sejam marcadas pelo respeito e onde também deve se dar a garantia plena de seus direitos.

Introdução

As crianças começam a frequentar o CEI ainda bebês. Contudo, nem sempre se tem a clareza de que o bebê é um sujeito de direito: ele tem direito a ser amamentado, tem direito a que cuidem bem dele, tem direito à sua integridade física, psíquica e moral, tem direito à saúde e à cultura, entre tantos outros. Ao mesmo tempo, já está imerso num mundo com uma série de discriminações, preconceitos e insensibilidade.

Nesse sentido, o Currículo Integrador da Infância Paulistana observa que: “(...) é desafio e propósito do Currículo Integrador comprometido com a qualidade social da educação considerar a diversidade que compõe as infâncias que habitam a cidade e se contrapor às desigualdades (étnicas, raciais, etárias, de gênero, econômicas, geográficas, religiosas) que condicionam a vida de bebês e crianças” (São Paulo, 2015, p. 13).

A Educação Infantil é um espaço para a construção da identidade das crianças, da sua autoestima e de uma autoimagem positiva em experiências vividas diariamente com outras crianças e adultos que delas cuidam e acompanham seus interesses e suas descobertas. É, por excelência, o espaço das alegrias e dos desafios de viver em grupo, de compartilhar (ideias, materiais, lugares), de construir relações de respeito e cuidado com o outro.

Contudo, nem sempre se tem a clareza de que as crianças pequenas, e especialmente os bebês, são *sujeitos de direito*: o bebê tem *direito* a ser amamentado, tem *direito* a que cuidem bem dele, tem *direito* à sua integridade física, psíquica e moral, tem *direito* à saúde e à cultura, entre tantos outros.

Do nascimento aos 5 anos de idade, as crianças passam por experiências fundamentais para a construção de valores. E é de fundamental importância que a



equipe de educadores de CEI e EMEI conheçam o desenvolvimento infantil e o valor de proporcionar, aos pequenos, boas experiências de convivência e aprendizagem, que acolham as formas de conhecer e de se relacionar da criança pequena, mediando-as de modo afetivo, sempre considerando a perspectiva do *respeito* e do *cuidado humano*.

As dimensões do cuidar e do educar estão presentes desde as primeiras relações no ambiente escolar, sendo marcadas pela dependência das crianças em relação aos adultos, sem esquecer que, mesmo muito pequenas, elas não são passivas: já interagem e também modificam o ambiente em que convivem. Um bebê pode influenciar e modificar o entorno com seu movimento, suas expressões, suas risadas, suas dificuldades, suas fragilidades de saúde, seus choros e suas reações emocionais às diferentes situações que vive na escola, como, por exemplo, na primeira separação de sua família quando começa a frequentar o CEI. De outro lado, também já evocam nos adultos alguns estereótipos e, por vezes, já sofrem discriminações.

Conforme vão crescendo, as crianças passam a interagir e participar de outras formas, como por meio da fala e da linguagem escrita. Desse modo, é importante que suas percepções, seus fazeres e suas vozes sejam considerados e que as crianças possam participar de processos de escuta, na própria escola e nos territórios onde se encontram. No Currículo da Cidade (2019), é possível encontrar diversos exemplos de diferentes formas de escuta das crianças, bem como de situações em que seu direito de brincar, interagir e participar é contemplado.

As crianças pequenas também trazem novas questões para a relação entre os responsáveis e a escola. Os educadores nem sempre reagem de forma positiva a crianças cujas famílias não correspondam à imagem do que seria uma “família ideal”, muitas vezes com julgamentos, culpabilização, sentimentos de rejeição ou até mesmo de compadecimento, o que certamente influencia tanto na relação que têm com a própria criança quanto na relação família-escola-criança. Esse é apenas um exemplo do quanto, também no cotidiano escolar, as relações são permeadas por valores, julgamentos

e preconceitos, que podem prejudicar o desenvolvimento social e individual das crianças. Questões como esta precisam ser refletidas pelos educadores.

De acordo com o que preconiza o documento “Ensinando Direitos Humanos”, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004), a proposta da Educação em Direitos Humanos para as crianças pequenas não deve sobrecarregar o já complexo trabalho dos educadores, mas, sim, ajudá-los a pensar como introduzir as questões relacionadas aos Direitos Humanos nas experiências que as crianças pequenas vivenciam diariamente.

São tratadas, a seguir, as especificidades dos CEIS e das EMEIs, mas vale lembrar que, apesar de suas particularidades, as crianças seguem um processo contínuo de desenvolvimento, sem rupturas, e que os educadores devem considerar os mesmos pressupostos e princípios educacionais no CEI, na EMEI ou na EMEF.

Quanto a isso, o Currículo da Cidade afirma o princípio de que Educação Infantil e Ensino Fundamental “possuem um ponto em comum: o compromisso de ser um espaço social para a educação das crianças. Pensando nisso, este Currículo retoma o objetivo de efetivar o direito de bebês e crianças de zero a doze anos a serem respeitadas em sua inteireza e sua integralidade, ressaltando em ambos os níveis a sua condição de criança e de sujeito brincante” (São Paulo, 2019, p. 156).

2. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Na perspectiva dos Direitos Humanos, bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam os CEIs têm direito a uma educação infantil de qualidade, gratuita e lúdica. Já a **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 1959), preconiza que “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito”.



EDH nos CEIs

Num ambiente repleto de crianças pequenas, cuja principal forma de comunicação se dá pelo movimento e pela expressão corporal e facial, pelo choro (alto ou baixinho), pela grande capacidade de mobilizar o outro pelo que é e pelo modo como se expressa, nem sempre é fácil identificar situações de desrespeito aos direitos dos bebês e das crianças bem pequenas, muito menos situações hostis que elas vivem. Para ajudar a desenvolver esse olhar, apresentamos aqui um panorama, um pano de fundo, por meio do qual é possível identificar a situação atual e promover a Educação em Direitos Humanos nos ambientes em que convivem crianças de 0 a 3 anos e seus educadores.

Abordagens contemporâneas de cuidado e educação de bebês e crianças até 3 anos de idade apontam para a ideia de uma criança protagonista, que, mesmo muito pequena, é potente, ativa e capaz de se colocar no mundo à sua maneira.

Em qualquer momento da escolaridade, a Educação em Direitos Humanos se faz principalmente por meio da *vivência* e da *valorização* verdadeira e cotidiana desses direitos presentes nas situações vividas pelas crianças. Essas experiências e a progressiva consciência sobre elas possibilitam que as crianças se constituam como sujeitos, legitimando os próprios direitos e os direitos dos demais. Mas as crianças pequenas ainda não conseguem se distanciar dos acontecimentos a ponto de interpretá-los, como as crianças mais velhas já podem fazer. Nos CEIs, as crianças precisam muito da mediação dos educadores para explicar as situações, para explicitar os valores e as atitudes que estão em jogo, para aprender formas de agir que respeitem o outro. Uma das experiências mais significativas que se pode proporcionar às crianças pequenas é a oportunidade de conviver num ambiente em que elas sejam reconhecidas como pessoas, sujeitos de direito, e no qual suas características, suas singularidades e seus desejos sejam conhecidos e respeitados. Ou seja, um ambiente em que aprendam a respeitar e a serem respeitadas.

O documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (MEC/SEB, 2009) aponta, entre eles, o direito à brincadeira, o direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante e o direito a uma alimentação saudável para todos.

Mais ainda, além do direito de frequentar CEIs que respeitem os seus direitos fundamentais, as crianças têm o direito à experiência de estar em grupo, que certamente será qualificada pela atuação de seus educadores, pela atenção e pela sensibilidade desse olhar, traduzidas, por exemplo, no modo como os ambientes do CEI são organizados, possibilitando o movimento das crianças e suas interações (que nessa faixa etária são marcadamente físicas, tendo em vista as intensas explorações de objetos e espaços e as interações que envolvem contato físico, como as brincadeiras).

De outro lado, as relações que os adultos estabelecem cotidianamente entre si e com as crianças também têm forte influência educadora. As crianças aprendem valores ao ver como seus educadores interagem com elas no encaminhamento de conflitos, procurando mediá-los por meio do diálogo, buscando ser justos, ou ao ver como demonstram real respeito, por exemplo, pela diversidade étnico-racial, pela consideração da igualdade entre meninos e meninas e pela garantia de ser e estar, independentemente de qualquer tipo de deficiência que venha a apresentar. O próprio olhar do educador já comunica muito para as crianças.

As crianças são muito sensíveis e observadoras das relações que os adultos travam entre si: como os educadores se relacionam, como conversam com os profissionais de apoio, como recebem as famílias no momento de chegada ou partida no fim do dia. Afinal, numa faixa etária em que a expressão corporal e o olhar são tão importantes, os olhares, as expressões e os comentários cotidianos em diferentes tons, bem como seus significados, não escapam à observação das crianças.

Essa questão está presente nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulista: “As(0s) educadoras(es) têm consciência da importância de serem referência

de equidade, justiça e respeito quando interagem com os bebês e crianças e com outros adultos?”.

Portanto, o melhor modo de colocar em prática a Educação em Direitos Humanos com os pequenos é, antes de tudo, proporcionar a eles a vivência de um contexto de respeito aos seus direitos e aos direitos de todos os que convivem no ambiente escolar. Desse modo, é importante também que os adultos possam refletir sobre suas representações em relação aos bebês e sobre como transmitem seus valores.

Como intervir em situações cotidianas?

No cotidiano escolar, há pontos a serem contemplados que fazem toda a diferença para quando se trata de promover a Educação em Direitos Humanos. Tratar as crianças com dignidade e proporcionar a elas experiências significativas são um primeiro e importante passo. Por exemplo: que diferença existe entre um educador que realiza a troca de um bebê mecanicamente, em poucos minutos, sem olhar em seu rosto, sem interagir ou conversar com ele, e aquele que o faz com calma, aproveitando a oportunidade para tocá-lo carinhosamente e convidá-lo a participar desse momento de cuidado, explicando o que está fazendo? E quando um professor gosta mais de determinada criança e expressa mais seu carinho e sua atenção por uma criança de olhos azuis, por exemplo?

Do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos, isso faz toda a diferença, pois essas situações têm grande importância na qualidade da apropriação corporal, na construção da identidade e da autoestima pelo bebê. Esses fatores são essenciais para a construção do autorrespeito (condição para o respeito aos outros) e, assim, para a possibilidade de participar de uma relação de respeito mútuo.

Nesse sentido, alguns cuidados e atitudes dos adultos proporcionam experiências profundamente ligadas à vivência dos Direitos Humanos, desde a retirada das fraldas (com atenção para o momento de cada troca, respeitando a individualidade de cada

Confiar nas crianças, sem deixar de cuidar delas, é uma forma de respeitá-las como seres humanos e de ensiná-las a ter confiança e a gostar de si mesmas.



Princípio X – A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra índole. Deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes.”

Declaração Universal dos Direitos das Crianças (Unicef, 1959)

criança) até o respeito para com seus familiares (em qualquer circunstância), a possibilidade de escolha de brinquedos (independentemente de seu sexo), a possibilidade de participar de todas as atividades (independentemente de ter alguma deficiência), o acolhimento de todos igualmente (independentemente de sua condição socioeconômica, cor da pele e outras características físicas, da situação de vida de seus familiares). É essencial atentar para o fato de que as marcas das relações de discriminação nascem nos primeiros momentos da vida e que o CEI é um espaço social privilegiado, onde outras relações podem acontecer e deixar outras marcas.

Assim, o respeito às diferenças por parte do educador ensina a criança a se conhecer, se apropriar e gostar do próprio corpo, a se movimentar com liberdade e segurança, a gostar de cuidar de si própria, a saber expressar o que gosta e o que não gosta: condições básicas importantíssimas de reconhecimento de si e de suas necessidades, que serão fundamentais em situações em que, por exemplo, seja necessário expressar sua opinião ou se manifestar contra opressão ou maus-tratos.



Outra forma de expressar respeito pelas crianças é organizar o espaço, a rotina e as intervenções educativas de acordo com as características do seu desenvolvimento, atentando para as necessidades de cada momento. Por exemplo, não deixar as crianças esperando durante muito tempo entre uma e outra atividade, priorizar espaços em que elas possam se movimentar com liberdade, intervir nos conflitos buscando que as crianças se percebam e se conheçam e que, respeitando as características da faixa etária, elas possam, pouco a pouco, reconhecer o outro e compreender que a agressão física não é a melhor atitude. É importante perceber o quanto essas e tantas outras aprendizagens estão intrinsecamente relacionadas à forma como os educadores intervêm em situações cotidianas, que ocorrem o tempo todo com as crianças, e não apenas nas atividades planejadas.

O próprio ambiente escolar e a forma como ele é organizado (a metodologia de trabalho e as regras de funcionamento) podem – ou não – respeitar a criança como sujeito de direito e o fazem quando valorizam a aprendizagem dos pequenos de fazer escolhas, de saber esperar a vez e de dividir brinquedos, experiências necessárias para a vida em sociedade.

Atividades nos CEIs

As Unidades Educacionais (UEs) constroem e elaboram seus projetos ao longo dos anos, respeitando suas realidades, ouvindo suas crianças e considerando suas motivações e suas necessidades. Sendo assim, é necessário que a Educação em Direitos Humanos aconteça nesse cenário, transite nas práticas do cotidiano e não de forma fragmentada.

Alguns momentos vividos com as crianças na rotina dos CEIs possibilitam especialmente a EDH e a vivência do respeito mútuo. Apresentamos aqui algumas sugestões de como intervir em atividades que já são realizadas para favorecer esse tipo de experiência. A ideia é dar visibilidade para situações em que a educação em valores acontece.

Leitura de histórias

As vivências das crianças podem ser enriquecidas pela oportunidade de ouvir histórias lidas por seus professores ou por outros adultos educadores. É importante contar não apenas histórias sobre os Direitos Humanos de forma direta, mas histórias em que sejam vividos valores como a justiça e o respeito. Por exemplo: histórias que apresentem situações de igualdade e de não discriminação racial ou sexual, que mostrem às crianças situações em que as meninas são fortes e heroínas e em que os meninos possam ficar tristes e chorar; histórias que apresentem configurações familiares não apenas de uma família idealizada (branca, constituída por um casal heterossexual e de classe média alta); histórias em que as mulheres trabalhem e em que os homens realizem tarefas domésticas (como lavar, passar e cozinhar) e também cuidem de seus bebês.

As diferentes origens das histórias também devem estar presentes no repertório das narrativas escolhidas. É preciso um cuidado especial no sentido de apresentar às crianças histórias (sobretudo contos) que abordem ou se desenvolvem no contexto de outras culturas que não a europeia, como acontece nos tradicionais contos de fadas.

Esses são exemplos de boas histórias a serem apresentadas às crianças. No entanto, é importante observar que não só o texto deve espelhar esses valores, mas também as imagens dos livros que as crianças manuseiam. Vale destacar ainda a importância de garantir, em diferentes situações, histórias que contemplem a diversidade e a presença de personagens que apresentam deficiências de qualquer tipo.

Cantigas, acalantos e brincadeiras

Ser cuidado, embalado e desfrutar momentos de prazer e ludicidade com o educador e o grupo, ao mesmo tempo que seu repertório cultural se amplia, é uma oportunidade privilegiada no CEI. Assim, é essencial conhecer cantigas, trovinhas, brincos (aqueles delicados “mimos”, como “Dandá pra ganhá vintém”, “Serra, serra, serrador” e “Janela, janelinha”), acalantos e brincadeiras de diferentes procedências, brasileiras ou de outros países. É possível fazer um levantamento das canções infantis cantadas pelas famílias da comunidade e mantê-las no repertório do CEI. Essa é uma forma de reafirmar o pertencimento a uma cultura e dizer às crianças que os saberes das suas famílias são considerados e apreciados na escola. Não por acaso, o Currículo da Cidade – Educação Infantil sugere o desenvolvimento de projetos com as crianças bem pequenas em que o reconhecimento e os saberes dos familiares



e responsáveis sejam considerados, promovendo a valorização e a ampliação do repertório cultural, bem como a construção de narrativas pessoais e do grupo de crianças: “A metáfora de ‘portas que vão se abrindo’ se ajusta à metodologia de projetos. À medida que avançamos nas investigações das crianças – e das(os) professoras(es) – e na realização de propostas que vão sendo projetadas e construídas com os bebês, é possível percorrer diferentes linguagens. Quando organizamos projetos, damos aos bebês a oportunidade de viver uma vida em grupo, de compartilhar com os demais suas descobertas e dúvidas. As crianças e os bebês começam a compartilhar um mundo comum, formado especificamente no grupo, que cria a possibilidade de uma constituição narrativa das identidades pessoais e sociais” (Currículo da Cidade, 2019, p. 145).

Atividades culinárias

Assim como as canções e o repertório musical, as atividades culinárias são uma experiência afetiva e de grande importância para a construção da identidade das crianças. Desse modo, compartilhar e preparar receitas vindas das diferentes famílias, saboreá-las com o grupo e convidar os familiares para participar desses momentos são formas de demonstrar às crianças o quanto elas são queridas e respeitadas na sua cultura e no seu modo de vida. Esses também são momentos preciosos para o exercício da alteridade e da percepção de que todos são igualmente importantes na comunidade.

Brinquedos

No CEI, é preciso cuidar e estar atento para a aquisição e a manutenção dos brinquedos e materiais lúdicos utilizados pelas crianças. Por exemplo, a valorização de características étnico-raciais e a representação positiva dos diferentes grupos étnicos podem ser incentivadas pela presença de bonecos e bonecas de diferentes etnias. Nesse sentido, também podem ser pesquisados e incentivados jogos de diferentes procedências, de outros países e culturas, sinalizando para as crianças a valorização e o respeito às diferenças, princípios básicos para a compreensão dos Direitos Humanos.

Assim, atitudes permanentes de interesse e valorização das diferentes culturas se mostram mais didáticas que os projetos que se propõem a estudar determinadas culturas em particular.

Atividades com imagens e fotografias

Atividades que contemplam fotos das crianças, de seus familiares e de sua vida são comuns nos CEIs. A presença e a inclusão dessas imagens nos espaços da escola e na própria constituição do ambiente escolar (nas paredes, em móveis, ampliadas e coladas em caixas com as quais as crianças podem brincar ou usar para empurrar, empilhar ou construir) revelam cuidado humano e interesse pelas crianças e por suas histórias. Vale a pena refletir sobre o que essas atividades significam do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos e de seus valores.

Garantindo o acesso de todos às atividades e aos materiais do CEI

Nem todas as crianças contam com as mesmas possibilidades de participar das brincadeiras e de outros momentos da rotina. É muito importante que os educadores estejam atentos, ao planejar as atividades do dia, em promover situações didáticas e lúdicas que possibilitem a participação de todos. Não se trata de adaptar, ou “dar um jeito” para que determinado aluno que apresente alguma deficiência possa participar, mas de planejar cada situação levando em conta esse princípio, independentemente da presença de um aluno específico. Esse cuidado não se limita às situações em que se faz necessário garantir a participação e o acesso físico das crianças; é preciso também contemplar as diversas formas de linguagens, desafios cognitivos e possibilidades de interação de cada um.

Apresentamos aqui algumas sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças pequenas utilizando imagens e fotografias.

- *Conversas*



Conversar sobre as fotos trazidas pelas crianças e sobre quem está nelas é uma forma de compartilhar fatos, sentimentos e lembranças, fazendo com que as crianças se sintam protagonistas e valorizadas. Saber que suas histórias são interessantes e importantes para os outros é um aprendizado que contribui para a construção da identidade e para a autoestima de cada uma delas. É possível transformar as fotos em temas de histórias com base nos lugares em que foram tiradas, usando-as em sorteios ou marcando “lugares-surpresa”, em ocasiões em que se queira “misturar” as crianças nas brincadeiras e em outras atividades.

- *Participação na construção do ambiente escolar*

Utilizar as fotos e as imagens trazidas pelas crianças para compor murais, móveis, tapetes, luminárias e outros objetos pode ser uma nova possibilidade de que essas imagens façam parte do ambiente escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento das crianças e o seu acolhimento na escola, espaço construído pelas histórias de todos.

- *Jogos e quebra-cabeças*

Confeccionar jogos de memória ou de percurso que tenham as crianças como personagem e utilizem suas histórias como tema é algo encantador para elas. No caso dos jogos de percurso, desenhos das crianças e cópias reduzidas de suas fotos podem ser transformados em pequenos peões para caminhar sobre as casas.

Artes: pintura, desenho, massinha

Atividades com materiais como massinha, argila, areia, água e misturas diversas (de farinha ou maisena, por exemplo) possibilitam às crianças pequenas uma oportunidade de conhecer e manipular esses materiais plásticos, expressando, por meio de símbolos, os sentimentos intensos que experimentam nesse momento.

Esses materiais podem ser oferecidos em atividades de exploração, com o objetivo principal de estimular as crianças a mexer nesses materiais, se sujar e experimentar as sensações da tinta ou das misturas no corpo, mas também deixar as suas primeiras marcas, como no desenho e na pintura. As primeiras produções das crianças podem ser aproveitadas na composição do ambiente do CEI, sendo expostas nas paredes ou organizadas em mostras. Reconhecer essas produções e perceber que são valorizadas e comentadas são experiências fundamentais para a construção da identidade e da autoestima das crianças pequenas.

Integração com diferentes faixas etárias

Várias pedagogias no mundo todo, e também no Brasil, reconhecem a importância de que crianças convivam em grupos que integrem diferentes faixas etárias. As crianças aprendem muito sobre si mesmas e sobre seus pares nas situações em que menores e maiores estão juntas. Os menores podem observar e aprender com os maiores sobre brincadeiras, modos de explorar o ambiente e solucionar conflitos e problemas. Os maiores exercitam sua empatia e a possibilidade de proteção e cuidado dos menores, entre outras atitudes. Crianças de diferentes faixas etárias podem participar juntas de situações de leitura, brincadeiras, faz de conta, jogos de mesa e de cuidado de si e do ambiente. Mesmo que nossos CEIs e nossas EMEIs ainda organizem seus grupos



de crianças pelo critério etário, é possível preparar o ambiente e planejar o cotidiano de modo que as crianças possam conviver o máximo possível sem essa distinção. Na chave dos direitos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC-EI), estão contemplados nessa vivência em grupo: *conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se*. Ao conviver em grupos heterogêneos, as crianças exercitam a alteridade, a escolha, a escuta e o respeito, tão importantes para o convívio em sociedade.

Integração com o território

O Currículo da Cidade (São Paulo, 2019) aprofunda a ideia de território como lugar de pertencimento e da experiência de relações importantes para as crianças: “Os bebês e as crianças nascem em um território e nele produzem, reproduzem ou inventam modos de viver. Cada território propicia uma experiência de infância para as crianças, pois as relações sociais se modificam no tempo e no espaço. Esse é um dos muitos motivos pelos quais as UEs não apenas precisam conhecer temas relativos às infâncias, mas perceber cada grupo de bebês e crianças em seus contextos e na sua singularidade, para compreender os seus modos de viver, aprender, conviver, brincar, divertir-se. Nos territórios, os bebês e as crianças convivem com outras de diferentes idades, gêneros, interesses, desejos” (Currículo da Cidade, 2019, p. 26).

Assim, reconhecer e valorizar a relação das crianças com o território, com o seu *lugar de pertencimento*, pode ensejar saídas e atividades significativas no entorno da escola, com o reconhecimento das pessoas que nele habitam e trabalham e da vida social que pulsa no território. Além disso, essas ações ampliam as possibilidades de reconhecer bebês e crianças pequenas como sujeitos em nossa cidade, diminuindo sua invisibilidade. Sair com as crianças para ir à praça, ir à feira para escolher verduras ou frutas para realizar uma receita, visitar um morador antigo do bairro, atravessar a rua prestando atenção para ver se não vem nenhum carro, assistir a uma apresentação num centro cultural próximo à escola são situações que enriquecem a possibilidade de as crianças construírem o respeito para com os outros, bem como desenvolver atitudes cidadãs, sendo igualmente vistas e respeitadas. A depender do objetivo da saída, podem-se fotografar momentos mais significativos e, ao voltar, conversar sobre a experiência de saírem juntas ou ampliá-la por meio de registros ou ações decorrentes das descobertas e aprendizagens realizadas pelas crianças.



3. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas de os seres humanos se constituírem como pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

BRASIL. *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, Parecer CNE/CEB n. 20/2009

A EDH nas EMEIs

A educação é um processo contínuo que avança abrindo possibilidades diferentes de interação das crianças com o mundo, com os seus colegas e com os adultos. No decorrer do tempo, suas experiências se tornam mais complexas e elaboradas, as crianças desenvolvem mais consciência de si mesmas, de seus desejos e sentimentos, e então conseguem nomear e explicitar. Assim, é importante considerar que não existe um salto de desenvolvimento das crianças dos CEIs em relação às das EMEIs. Seu grande desafio é aprender a conviver, escutando e respeitando os desejos, os sentimentos e as opiniões dos outros.

Dessa forma, cresce seu interesse pelos jogos de regras, de tabuleiro e de mesa, que podem simbolizar situações de conflito e levar as crianças à experiência de encontrar soluções, bem como de ganhar e perder. O maior domínio da linguagem verbal



amplia a sua experiência de participação nas rodas de conversa diárias, nas quais a vida e as decisões do grupo são reguladas, levando as crianças a aprender que aquilo que elas sentem, dizem, pensam e escolhem é importante para o convívio na escola.

No período em que as crianças estão nas EMEIs, não só acontece a intensificação de jogos simbólicos, mas também avanços na construção da escrita e da leitura, quando as crianças passam a distinguir *imagens* de *textos*. Cresce seu interesse pelos jogos de regras, de tabuleiro e de mesa, que podem simbolizar situações de conflito e levar as crianças a encontrar soluções, bem como passar pelas experiências de ganhar e perder. Isso tudo cria outra possibilidade de se relacionar e de interagir, abrindo um leque maior de atuação também para a EDH.

“Algumas UEs têm investido no trabalho com Assembleias e Conselhos Mirins. A experiência da constituição do Conselho Mirim relata e revela o quanto as crianças são potentes na indicação de propostas e de tomada de decisões. Além disso, o momento de autoavaliação institucional apontou para a necessidade de escutar e incluir as crianças nos processos de tomada de decisões sobre o currículo da EI” (Currículo da Cidade, 2019, p. 190).

Como intervir em situações cotidianas?

Da mesma forma que nos CEIs e em toda a escolaridade, a Educação em Direitos Humanos na EMEI se fará principalmente na vivência e na valorização reais desses direitos. Assim, os princípios que pautam as intervenções cotidianas do educador dos CEIs permanecem inalterados. Entretanto, como as crianças de 4 e 5 anos já são capazes de se expressar de maneira mais autônoma, sua participação nas atividades vai mudando, e elas podem colaborar em projetos comuns de toda a turma, enfrentando, nas brincadeiras e na vida cotidiana, os primeiros desafios da ética e da necessidade de reconhecer e respeitar as diferenças.

Por isso, é necessário que os educadores permaneçam abertos à discussão de experiências e conflitos em todos os momentos, demonstrando, com suas atitudes, que a



Essas atividades estão no material *Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools*, de 2003, da Organização das Nações Unidas (disponível em: https://issuu.com/unicanberra/docs/abc_teaching_human_rights_-_practic).

solução de qualquer problema pode ser encontrada, mas só se pensarmos sobre ele. E não se trata apenas de conflitos que envolvem brigas ou o contato físico, já que, nessa idade, o confronto de opiniões e ideias e a necessidade de tomar decisões coletivas são muito comuns.

Indicamos aqui algumas **sugestões de interferência do educador** que podem ajudar as crianças a desenvolverem o interesse de conversar para buscar a resolução de possíveis problemas:

1. Se surgir algum conflito, é importante identificá-lo e reconhecê-lo. Em se tratando de uma briga ou discussão acalorada, o educador deve interromper qualquer atividade e orientar as crianças envolvidas, conversar em conjunto sobre o que aconteceu e sobre a atitude delas. Nessa hora, é fundamental a presença do educador mediando o diálogo (as crianças estão aprendendo a conversar e a dialogar), contribuindo com a escuta do que uma fala para a outra e encorajando-as a explicitar os seus sentimentos de forma de clara.
2. Pedir às crianças uma descrição do que aconteceu. Perguntar aos envolvidos e a quem esteja por perto sobre os acontecimentos que ocorreram. Dar a todos uma oportunidade de falar sem interrupção. Incentivos positivos, como um toque ou um abraço, se for o caso, também podem aliviar sentimentos de raiva ou culpa. No entanto, é essencial manter a neutralidade sempre.
3. Explorar uma variedade de soluções. Perguntar às crianças diretamente envolvidas no problema como ele pode ser resolvido. Se as crianças não conseguirem sugerir soluções, o educador pode oferecer algumas ideias.
4. Ponderar as soluções. Apontar que, muitas vezes, pode haver mais de uma solução justa. Incentivar as crianças a pensar nas consequências físicas e emocionais dessas soluções. Relembrar com elas experiências semelhantes vividas anteriormente pelo grupo.



5. Escolher um modo de agir. Buscar um acordo mútuo com base em uma das soluções apresentadas.

6. Cumprir o que foi acordado e acompanhar o grupo, relembrando e incentivando todos a fazerem o mesmo.

Em casos de comportamentos discriminatórios, as soluções não são tão fáceis de encontrar. Desse modo, não podemos esquecer que o racismo, o xenofobia e o sexismo, assim como outros, normalmente já estão presentes em crianças muito pequenas, por imitação do que é vivenciado. Em geral, nem a criança insultada nem a criança que insultou têm uma compreensão clara do que seja *discriminação*.

Assim, as ações do educador são especialmente importantes nessa situação. Primeiro, ele deve se posicionar fortemente diante do comportamento discriminatório (sem acusar, agredir ou ofender quem discriminou) e deixar claro que essa atitude é inaceitável. Depois, o educador pode apoiar claramente a criança que foi objeto da ofensa, sendo firme, ainda que compreensivo, com a criança envolvida no comportamento discriminatório. Também é preciso ajudar as crianças vítimas a perceber que reações negativas a gênero, aparência, deficiência, língua, raça ou outros aspectos acontecem por causa de preconceitos. As questões em jogo devem ser analisadas com as crianças envolvidas, bem como com aquelas que testemunharam a situação. Se necessário, é importante discutir e incluir esses incidentes nas pautas de reunião com os pais, os profissionais de apoio e os membros da comunidade local.



Atuar dialogando é um grande passo para a criação de uma cultura em que os problemas são discutidos abertamente e em que as crianças se sentem seguras e acolhidas pelos adultos, que sempre estão por perto para ajudá-las a compreender e encaminhar conflitos. É desejável que essa cultura se instaure em todos os níveis de ensino, bem como na crítica a situações fora do ambiente escolar, quando se trata da erradicação de comportamentos discriminatórios.

A igualdade pode ser vivenciada pelas crianças por meio da distribuição, da organização ou da ocupação da sala de aula. A organização de meninos e meninas exclusivamente em grupos separados, por exemplo, ainda é uma prática comum em nossas escolas, o que pode reforçar a discriminação e também alguns preconceitos como “atitudes naturais”. A escola é o lugar adequado para quebrar essas formas de organização e propor outras, integrando as crianças, incentivando a cooperação, o respeito e o desenvolvimento de capacidades por todo o grupo.

É possível que novas formas de organização gerem desacordo ou dúvidas entre as próprias crianças. Assim, é fundamental que isso seja discutido e que o grupo construa, se houver necessidade, regras para equalizar a situação e quebrar ou impedir comportamentos preconceituosos e discriminatórios. Essas regras tornam-se desnecessárias à medida que os valores da igualdade e do respeito são aprendidos e passam a fazer parte do cotidiano de todos.

Pode-se perceber o quanto o papel mediador do educador é importante não apenas na roda de conversa, mas em outros momentos de interação, seja ele professor, profissional de apoio ou qualquer outro integrante da comunidade escolar. Todos os adultos da escola devem facilitar as amizades entre as crianças, bem como a consciência de que as diferenças são naturais. São eles que ajudarão as crianças nesse aprendizado.

Contudo, muitas vezes situações discriminatórias são tratadas como se fossem naturais. Desse modo, os educadores precisam estar cientes de que eles também podem trazer consigo atitudes discriminatórias, devendo se esforçar para reconhecê-las e superá-las.



É preciso cuidado para que não seja o próprio educador a apresentar o discurso discriminatório para as crianças, pois nessa idade é muito provável que elas não tenham clareza da sua própria atitude.

Nesse sentido, a avaliação com base nos parâmetros dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana (Indique) pode promover o avanço das UEs quanto a atitudes de respeito e não discriminação entre crianças e adultos nas escolas. Um exemplo que dialoga diretamente com a EDH é a avaliação proposta pela dimensão 7 dos Indique (Relações Étnico-Raciais e de Gênero), dos quais podemos depreender os seguintes **objetivos de aprendizagem para as crianças:**

- Vivenciar experiências diversificadas (por meio de jogos, brincadeiras, arte, culinária, filmes, livros, músicas, danças, entre outros) que valorizem e expandam o conhecimento sobre outros povos e culturas.
- Brincar livremente sem distinção de brincadeiras de gênero.
- Respeitar as diferenças das culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e imigrantes.
- Respeitar as escolhas pessoais (religiosas, culturais e/ou alimentares).
- Manifestar-se diante de ações, atitudes ou falas preconceituosas e discriminatórias para si e para o outro.
- Construir uma percepção positiva das diferenças étnico-raciais, de gênero e geracional.
- Construir imagem positiva sobre suas características físicas e culturais.

(São Paulo, Currículo da Cidade, 2019, p. 211.)

Ser educador de crianças pequenas exige, portanto, um exercício cotidiano de avaliar seus próprios valores e crenças, pois nessa faixa etária idade as crianças costumam ser “taxadas” e estigmatizadas por características apresentadas em algumas situações. Entretanto, não se pode afirmar que uma criança que frequenta uma EMEI “é violenta”, “não sabe escutar” ou “não respeita ninguém”.

Atividades nas EMEIs

Da mesma forma que nos CEIs, para manter um cotidiano rico de experiências em EDH, não é preciso abrir novos espaços ou criar atividades especiais: a Educação em Direitos Humanos se dará durante atividades diversificadas, nas rodas de conversa, na leitura de histórias, na organização das crianças nos momentos de brincadeiras tradicionais ou de jogos, durante as refeições e os cuidados pessoais, no parque ou nos espaços internos da escola. Os aspectos mais relevantes na condução dessas experiências são a intencionalidade dos educadores e a forma como deixam claros os valores colocados nas atividades.



Indicamos aqui algumas estratégias e sugestões de atividades para trabalhar, na Educação Infantil, questões ligadas à EDH.

Rodas de conversa

Na Educação Infantil, a roda de conversa é uma excelente atividade para tratar de questões relacionadas aos Direitos Humanos. Em roda, as crianças podem ser ouvidas e os temas de interesse do grupo podem vir à tona. Do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem verbal, o objetivo da roda de conversa é aprender a dialogar: ouvir, respeitar a opinião dos outros, argumentar e saber expressar a sua própria opinião e também ponderar e ceder.

Assim, nada melhor que praticar o exercício do diálogo utilizando temas que fazem parte da vida do grupo, como decidir que lugar visitar no passeio



semestral, a qual filme gostariam de assistir, e tantos outros surgidos dos anseios e das necessidades das crianças. Nessas conversas, podem surgir situações interessantes para discutir como se sentem quando são discriminados por um colega, que as meninas podem jogar futebol tanto quanto os meninos, colocar para o grupo que uma criança pode se sentir ofendida porque outra não quer se sentar a seu lado ou brincar com ela por algum motivo.

Em geral, nos ambientes de Educação Infantil, não há o costume de inserir as crianças em discussões que envolvem discriminação, conflitos e distinção de atividades “para meninos” e “para meninas”. No entanto, podemos nos surpreender se dermos voz às crianças, perguntando como elas se sentem, o que pensam sobre determinados assuntos ou problemas e o que sugerem fazer para solucionar uma situação difícil.

O educador deve estar atento para, quando surgir uma oportunidade, não deixar de dar a merecida relevância.

Leitura e escrita

A relação com a leitura e a escrita se intensifica para a maioria das crianças nessa faixa etária, e o contato com livros e histórias mais longas e elaboradas é mais frequente. A escolha de histórias a serem lidas ou contadas e a seleção dos livros que estarão à disposição das crianças podem ser feitas pensando em narrativas que provoquem o pensamento das crianças sobre temáticas relativas aos Direitos Humanos.

É importante contemplar histórias variadas, que apresentem personagens de ambos os sexos como personagens multiculturais, ativos e não estereotipados. Nesse sentido, alguns livros possibilitam o contato com uma grande diversidade de culturas, como: contos de fadas em que a personagem principal quer encontrar um príncipe, junto com outras histórias em que a mulher não é casada ou não quer casar; histórias da cultura popular das diferentes regiões brasileiras; histórias africanas, indígenas e de outros lugares do mundo.

Uma sugestão é a elaboração de livros nos quais as crianças possam falar de si mesmas e de suas histórias, garantindo o espaço para a expressão e a valorização de características, preferências, dificuldades e experiências de cada criança, bem como a divulgação delas para o grupo, reforçando a autoconfiança e o reconhecimento e valorizando suas famílias e suas histórias. Atividades como essa promovem a construção do autorrespeito e do respeito ao outro, contando com o importante papel do educador no sentido de orientar e organizar essa vivência.

Artes visuais e participação na construção dos ambientes da EMEI

Do mesmo modo que sentir que suas ideias, histórias, opiniões e produções são valorizadas pelo grupo, o fato de contribuir para o ambiente estético da sua escola, em que suas produções podem “fazer a diferença”, favorece sentimentos de pertencimento e de autorrespeito por parte das crianças dessa faixa etária. Nas atividades e nas oficinas nos ateliês de artes, as crianças podem ser convidadas a confeccionar imagens, objetos, desenhos e outras produções que venham a fazer parte do ambiente. Valorizar e expor essas produções garante um espaço de expressão dos jeitos de ser e dos desejos de cada uma, mas traz também uma dimensão estética, que é a de interferir no espaço da escola com seus estilos pessoais.



Nesse sentido, é possível, por exemplo, oferecer a cada criança um pedaço de barbante que represente sua própria vida e estendê-lo na sala para que cada uma pendure desenhos, histórias e objetos que se relacionem a momentos importantes vividos por elas. Isso pode ser feito em ordem cronológica ou em qualquer outra ordem sugerida pela criança. Essa atividade pode contemplar ainda as expectativas e os desejos em relação ao futuro. É particularmente interessante a ideia de que essa linha seja composta ao longo de todo o ano letivo, aproveitando a oportunidade de convivência do grupo para conversar sobre o que cada criança escolheu para colocar na sua linha.

A atividade de contornar o corpo das crianças é bem conhecida na Educação Infantil, e sabemos o quanto está ligada ao conhecimento de si e à formação pessoal e social. No contexto da EDH, essa atividade adquire ainda mais significado. A proposta dessa atividade é, mantendo as crianças deitadas sobre folhas grandes de papel, contornar com giz a sua silhueta, marcando o contorno do corpo no papel. Depois disso, pode-se pedir a elas para desenhar ou pintar detalhes físicos e, em seguida, escrever em volta dos desenhos alguns dados e características (como nome, altura, peso, o que a criança mais gostaria de aprender ou fazer na escola ou na vida adulta). É interessante fixar os papéis na parede, deixando-os expostos para que todas as crianças se conheçam, se reconheçam e aprendam mais umas sobre as outras, bem como sobre si próprias.

Outra sugestão é propor às crianças a confecção de uma família de bonecos, incluindo a si mesmas. Esses bonecos podem ser muito simples, feitos com recortes de papelão colorido e colados em palitos, ou feitos de argila, ou de pano. Pode-se ainda pedir às crianças que identifiquem e nomeiem esses bonecos, explicando umas às outras quem são eles. Ou pode-se também sugerir às crianças que criem uma situação (um teatro, um casamento ou uma festa, por exemplo) com seus bonecos, para apresentar aos outros do grupo. A família de bonecos pode ser complementada com outras pessoas que sejam próximas. E as crianças podem usar esse material criado por elas mesmas para brincar e dramatizar no cotidiano. Essa coleção de bonecos pode incluir ainda indivíduos de qualquer lugar no mundo, dando novos sentidos à brincadeira.

Atividades de dança e movimento que incluam todas as crianças

Dançar, ocupar o espaço de forma criativa, movimentar-se ludicamente e com prazer é uma experiência que deve incluir *todas* as crianças. Mas como trabalhar com dança de modo a não excluir ninguém?

Crianças que apresentam alguma dificuldade de locomoção, fazendo uso ou não da cadeira de rodas, ou com qualquer tipo de deficiência, podem participar de atividades de movimento nas mesmas condições que quaisquer outras. A ideia é, em vez de

excluir, descobrir e aproveitar as possibilidades expressivas de todos, buscando um coletivo cuja grande riqueza sejam exatamente *as diferenças de cada um*. Quanto mais o professor conhecer o seu grupo, mais será capaz de identificar e ampliar as possibilidades expressivas de todas as crianças. Ao coordenar uma atividade de exploração do movimento, o professor pode encontrar um “denominador comum” que valha para todas as crianças. Assim, se há crianças que não andam, andar *não é* um denominador comum, mas movimentar os braços, a cabeça ou mesmo os olhos (numa brincadeira de “siga o mestre” iniciada pelo olhar) são possibilidades inclusivas, divertidas e bonitas. Num grupo diverso, é possível propor diferentes agrupamentos enquanto as crianças dançam. Por exemplo, o professor pode sugerir a formação de duplas que possam compartilhar, entre si e com o grupo, todas as suas possibilidades de movimento. Alguns professores de dança e coreógrafos sugerem o uso e a desmistificação de objetos considerados “tabu”, como cadeira de rodas, muleta, bengala e andador, que podem ser incorporados e utilizados de maneira natural e lúdica numa atividade com as crianças.

Aqui é importante considerar as diferentes possibilidades das crianças e criar situações em que nenhuma permaneça em desvantagem.

Jogos de mesa e de tabuleiro

Importantíssimos para a aprendizagem das crianças no que diz respeito à compreensão e ao exercício das regras e sua aceitação, à experiência de ganhar ou perder, sabendo que os resultados podem ser diferentes a cada dia, dependendo da situação, os **jogos de mesa e tabuleiro** oferecem às crianças a possibilidade de atuar de maneira autônoma. As situações simbólicas trazidas pelos jogos muitas vezes ajudam as crianças a se fortalecerem como sujeitos, aprendendo a lidar com a frustração e com a alteridade (considerar o lugar do outro), capacidade fundamental para a construção do respeito.

Recomenda-se organizar uma ludoteca com jogos desafiadores para a faixa etária, de modo que as crianças possam jogar durante as atividades ou entre uma atividade e outra.

Jogos e brincadeiras no parque

Os espaços externos da escola, em especial o pátio, são lugares onde as crianças podem brincar juntas, explorar seu corpo e seus movimentos, conhecer e participar de brincadeiras tradicionais. O contexto do pátio oferece oportunidades privilegiadas de relação dos adultos com as crianças e entre elas, em que é possível aprender sobre o

Além dos jogos clássicos, as crianças podem inventar outros jogos, com seus desenhos, pinturas e colagens, com base em situações vividas no grupo ou em suas histórias preferidas.

valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais. A vivência de jogos e brincadeiras pode ser enriquecida por propostas desafiadoras e que também estimulem as crianças a pensar sobre o cuidado humano, as diferenças e o respeito.

Uma boa experiência é brincar em duplas nas quais uma das crianças tem seus olhos vendados e é guiada pelo braço pela parceira. Certifique-se de que a criança “líder” não vai abusar do poder para liderar, pois a ideia é alimentar a confiança, e não destruí-la. O “líder” do par deve tentar fornecer uma ampla variedade de experiências possíveis, como deixar o parceiro “cego” sentir as coisas com os seus pés ou os dedos, liderar com orientações vocais ou até mesmo jogar outro jogo. Os papéis podem ser invertidos e pode-se repetir o processo para que o “líder” seja agora o que foi liderado, e o parceiro “cego” seja o único a enxergar.

Ao final, as crianças podem falar sobre essa experiência, como se sentiram não apenas como parceiros “cegos”, mas também sobre seus sentimentos de responsabilidade como “líderes”.

Essa atividade tem um sentido metafórico: não é o andar com olhos vendados em si que favorece a EDH, mas essa é uma forma de criar uma situação para que os alunos experimentem e reflitam sobre a vida para as pessoas com dificuldades visuais (ou auditivas), assim como sobre a confiança e o respeito.

Outra sugestão é desenvolver jogos e brincadeiras, como brincar de se agrupar e reagrupar, trocando de lugar de acordo com algumas características (por exemplo, “quem está usando cinto”, “quem está usando camiseta vermelha”). Aqueles que compartilham uma ou outra característica devem trocar de lugar, ensinando às crianças que a formação de grupos pode seguir diferentes critérios, e que estes podem ser semelhantes e diferentes de muitas maneiras.

Enfim, existem muitas brincadeiras que podem trazer à tona questões importantes para a EDH.

Serpentes e Escadas e escorregadores – Jogos clássicos montados em um tabuleiro quadrado e quadriculado, dividido em dez linhas com dez casas cada uma, numeradas de 1 a 100. Os jogadores jogam um dado, andando o número de casas correspondente, sempre avançando para a casa final, obedecendo a obstáculos descritos durante o percurso.

Ludo – Jogado por quatro jogadores que devem controlar quatro peões de cor correspondente à parte do tabuleiro de onde partirem (azul, amarelo, vermelho ou verde). Cada jogador lança um dado e faz avançar um dos seus peões de acordo com o número de casas indicado.

Jockey – Jogo de percurso com quatro ou cinco trilhas paralelas, representando uma corrida de cavalos. As peças são cavaleiros, que podem ser modelados em argila pelas próprias crianças.



Orientações para o Ensino Fundamental

1. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Características do Ensino Fundamental

Educação formal e avaliação

N

o Ensino Fundamental (EF), os processos educacionais são marcados pela ampliação de possibilidades dos alunos para interagir entre si, com os adultos e com os conteúdos curriculares.

O Programa Mais Educação São Paulo, assim como o Currículo da Cidade e a Educação Integral, tem afirmado a necessidade de transformar a estrutura tradicional de ensino, marcada, entre outras coisas, pela fragmentação dos conteúdos, pela preponderância do ensino sobre a aprendizagem e pelas avaliações formais (provas).

A reorganização curricular proposta pelo Mais Educação São Paulo para o Ensino Fundamental organizou esse nível de escolaridade em três ciclos de três anos cada: Ciclo de Alfabetização (1.º, 2.º e 3.º anos), Ciclo Interdisciplinar (4.º, 5.º e 6.º anos) e Ciclo Autoral (7.º, 8.º e 9.º anos). Essa estrutura busca romper com a visão seriada, criando um foco comum para diferentes momentos da escolaridade, sem rupturas no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Essa perspectiva educacional é construída no decorrer do tempo, com base nas experiências realizadas e aprendidas nas escolas. A escolaridade fundamental é marcada pela ampliação do compromisso com aprendizagens que surgem de forma mais estruturada, por assim dizer. É também nesse período da escolarização que os processos de avaliação vão se tornando mais presentes e evidentes para os educandos, que, aos poucos, vão atribuindo sentido e se responsabilizando por esses processos. Assim, o EF demanda encorajamento no desafio da vivência escolar.

A avaliação é um instrumento importante para o processo educacional, tanto para o professor ajustar sua ação quanto para o aluno orientar suas aprendizagens, e deve acontecer ao longo do tempo e do percurso escolar de cada um, não apenas em provas pontuais.

Muitas vezes, ainda que aconteça de forma processual, a avaliação é vivida pelos estudantes como uma situação difícil e passível de julgamentos. Se o estudante vai bem, é porque estudou, é comportado e a família o apoia, se vai mal, é porque tem dificuldades, não presta atenção e a família não o apoia. Para fugir dessa rede assustadora, muitas vezes, os estudantes assumem uma postura do tipo “Não estou nem aí” ou “Eu não consigo mesmo”. De outro modo, os professores também podem ser julgados pelos estudantes e pelas famílias.

Para os familiares, também é difícil: ou “Meu filho foi muito mal porque tem problemas, não estudou, não prestou atenção”, ou “A professora está perseguindo meu filho e sendo injusta”. Assim, é criado um campo de tensão que gera culpabilização e crise de autoridade, podendo levar a situações de desrespeito.

Os conteúdos

Outra marca do EF é a presença de conteúdos que são apresentados de forma mais sistemática e organizados de um modo diferente do que acontecia nos anos da Educação Infantil, levando os estudantes a construir uma nova postura, o que nem sempre acontece de maneira tranquila.



Como alterar essa situação? Os ciclos de aprendizagem servem justamente para rever a organização das práticas pedagógicas e dos tempos de aprendizagem para que os estudantes possam seguir seu próprio percurso nos processos de aprendizagem. A reorganização curricular em ciclos foi bastante importante no sentido de rever critérios de seleção de conteúdos escolares pela sua relevância na formação dos estudantes.

O ensino e a aprendizagem dos conteúdos, a avaliação, o livro didático, as lições de casa, entre outros aspectos, permeiam as relações escolares, em especial as relações entre estudantes, professores, familiares e responsáveis, e podem gerar situações conflituosas na comunidade escolar.

É preciso considerar as diferenças

Não podemos deixar de considerar e respeitar a individualidade e as características de cada uma das crianças. Num mesmo espaço (que pode ser a sala de aula ou não), é possível encontrar crianças que, embora tenham a mesma idade, não realizam as mesmas conquistas ao mesmo tempo. É verdade também que a interação entre elas cumpre um papel determinante para que avancem nas aprendizagens.

Viver em um ambiente permeado pela diversidade (de idade, competência escolar, condição social, orientação sexual, cultura, origem, religião, déficit intelectual ou qualquer outro tipo de deficiência), compartilhando o mesmo espaço, as mesmas regras de convivência e os mesmos objetivos, é fator determinante para que, desde cedo, as crianças construam, com base nas situações do dia a dia, uma postura de respeito ao outro e de se fazer respeitar na igualdade de serem todos humanos.

Convivência em muitos espaços

Com idade entre 6 e 14 anos, os alunos do Ensino Fundamental têm autonomia para transitar pela escola, permanecendo longe dos olhos dos educadores e vivenciando uma série de situações que nem sempre são acompanhadas ou conhecidas pelos



educadores. Para entender o comportamento dos alunos dessa faixa etária, algumas questões são importantes: Como os alunos se relacionam? Como lidam com situações adversas? Como resolvem seus conflitos? O que os diferentes espaços proporcionam ou impedem? Como viveram as primeiras experiências escolares?

Muitas vezes, são os profissionais da limpeza, da cozinha ou o porteiro que interagem com os alunos em situações muito peculiares, nos corredores, no pátio e no refeitório, escutam discussões, queixas ou até mesmo presenciam brigas e situações de humilhação, cuidando de intervir para resolvê-las. Ao mediar conflitos, acolher e ouvir, esses profissionais ocupam, portanto, o papel de educadores. Contudo, nesse contexto, algumas perguntas se colocam: Eles reconhecem e são reconhecidos nesse papel tão importante? Participam de reflexões e orientações sobre essas questões? Eles têm oportunidade de analisar, junto com os demais educadores, o que ensinam nessas situações?

O cuidado faz parte do Ensino Fundamental

Infelizmente, muitas vezes, a dimensão do “cuidado”, mesmo tendo bastante espaço na Educação Infantil, quase desaparece no Ensino Fundamental. As crianças do Ensino Fundamental, se, por um lado, não precisam mais do apoio do educador para ir ao banheiro ou se alimentar, por outro, necessitam de outros cuidados nem sempre palpáveis, como o acolhimento nos momentos de atrito entre os colegas, a compreensão de suas fragilidades (seja nas aprendizagens, seja nas relações interpessoais), a atenção às situações da sua vida familiar que acabam refletindo em comportamentos na escola. Assim, é preciso lembrar que, mesmo sendo do EF, ainda são crianças que estão aprendendo a se colocar no mundo e que precisam da atenção e do cuidado dos adultos.

As conquistas que o crescimento traz

As crianças do Ensino Fundamental passam por um importante momento de desenvolvimento, permeado de conquistas cognitivas, que resultam nas possibilidades de pensar e agir de maneira cada vez mais autônoma.

Nessa faixa etária, é possível perceber uma série de competências que vão se construindo aos poucos com base na organização e na condução de atividades e situações, mas principalmente com base nas atitudes dos educadores.

Por exemplo, as crianças constroem cada vez mais a possibilidade de rever algumas de suas atitudes que percebem não ser adequadas e tentar modificá-las. Assim, elas persistem na busca de conquistas que, num primeiro momento, não tiveram sucesso ou tentam retomar uma situação, buscando compreendê-la melhor. A capacidade de considerar a existência do outro, que pensa e sente de forma diversa, também se amplia, e isso nos oferece uma série de possibilidades de criar situações ricas para a reflexão e a vivência do respeito e da tolerância no ambiente escolar.

Um problema que pode ser solucionado por meio do diálogo mediado por um adulto proporciona uma aprendizagem a ser transferida para outras situações, constituindo um modo de atuar em situações de conflito.

Todos têm a capacidade de dialogar e se posicionar

Desde que aprendem a falar, as crianças desenvolvem sua competência oral, e no Ensino Fundamental esse avanço amplia muito a possibilidade de interagir e pensar sobre suas interações. Os estudantes cada vez mais conquistam a possibilidade de explicitar o que sentem e o que pensam a respeito do que acontece e do que é dito para eles. Portanto, o diálogo é uma importante situação que todos podem e devem vivenciar frequentemente.



Assim, o ambiente escolar deve garantir a todos a certeza de que podem ser ouvidos e respeitados como seres pensantes, diferentes, ativos e sujeitos de direito. Isso é condição para que também aprendam a ouvir o outro, a considerar outros pontos de vista e respeitá-los, mesmo que diferentes do seu. Respeitar a opinião do outro não é o mesmo que concordar ou se omitir. Quanto mais oportunidades as crianças tiverem de desempenhar os papéis de falantes e ouvintes, maiores e mais consistentes serão as conquistas nesse sentido, o que contribuirá de forma efetiva para a construção da cultura do diálogo e da troca de opiniões.

Além da atitude acolhedora dos adultos, é importante que a escola construa e mantenha canais de comunicação efetivos e práticas participativas por meio das quais essas capacidades (de dialogar e se posicionar) se concretizem, dando a todos a segurança de serem ouvidos e considerados.

Novas formas de agir, falar e ouvir

É importante observar que nem sempre as conversas e as trocas de opinião, tanto entre as crianças quanto entre crianças e adultos, serão tranquilas. Desse modo, é comum observar que, nas situações em que se sentem injustiçadas ou “atacadas” (com ou sem razão), as crianças ficam indignadas, se posicionam, reivindicam o que acreditam ser os seus direitos e passam a construir justificativas para suas atitudes, mesmo que isso não aconteça de forma clara. Por vezes, isso acontece mesmo quando são elas que cometem injustiças e podem ser criticadas. É muito comum também observar que, nessa faixa etária, as crianças questionam os adultos, duvidam deles e os enfrentam com posições contrárias e críticas, colocando em xeque a autoridade dos educadores.

Assim, é preciso considerar que, na condição de alunos, essas crianças estão aprendendo a dialogar e a se posicionar, mas nem sempre serão capazes de explicitar seus sentimentos e suas indignações de forma clara e adequada. Contudo, essas primeiras vivências são oportunidades ricas para a atuação dos educadores no sentido de



oferecer aos alunos um bom modelo ao ouvir, considerar suas falas e os ajudar a agir com respeito nas diferentes situações do cotidiano escolar. Para poder oferecer essa ajuda, é necessário que os educadores tenham com os alunos uma relação de autoridade legítima, construída por suas atitudes e posturas nas mais diversas intervenções.

Protagonismo

Com todas essas possibilidades de aprendizagem, o protagonismo é uma condição da qual nenhuma criança, adolescente ou jovem pode abrir mão, pois estimula a construção da autonomia, favorece o aprendizado da participação e do compromisso social, trazendo contribuições importantíssimas para o desenvolvimento pessoal, tanto deles próprios quanto das suas comunidades.

Nesse sentido, é importante lembrar que, embora nem sempre sejam utilizados, há alguns canais de participação já instituídos (como assembleias, escolha de representantes de classe e grêmios estudantis), que podem favorecer a atuação educativa para a conquista e o exercício desse protagonismo. Além de ser incentivado por meio dessas formas de participação, o protagonismo pode e deve ser um princípio orientador das práticas escolares cotidianas (nas atividades de estudo em sala de aula, na organização dos espaços, na distribuição de responsabilidades pelos cuidados com pessoas e objetos) e de outras ações, como na relação com parceiros e visitantes, quando os alunos assumem o papel de representantes da escola.

Algumas atividades comumente realizadas em sala de aula que se valem de princípios democráticos, como as rodas de conversa, os combinados e o estabelecimento de contratos didáticos, oferecem oportunidades para que os alunos assumam a responsabilidade pela sua organização e condução, com ou sem ajuda do professor, de acordo com as possibilidades de cada um. A ideia é que os alunos sejam desafiados a atuar do nível máximo de suas possibilidades, construindo a consciência de sua própria capacidade enquanto aprendem a como atuar em cada situação.

Áreas curriculares e EDH

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em seu artigo 4.º, definem a EDH como “processo sistemático e multidimensional, orientador da formação dos sujeitos de direitos através do desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados”.

A proposta curricular, os materiais didáticos e a abordagem dos conteúdos durante as atividades em sala de aula representam uma grande contribuição para a formação cidadã e em valores. Assim, essa formação precisa ser revisitada e redirecionada para um olhar sobre como os Direitos Humanos estão sendo abordados no cotidiano escolar. Desse modo, é necessário analisar a proposta curricular apresentada no projeto político-pedagógico da escola, os materiais didáticos utilizados (que muitas vezes desconsideram a proposta curricular) e o que de fato acontece na sala de aula: o currículo real, que nem sempre é coincidente com o currículo oficial, nem com os materiais. Tudo isso precisa ser olhado do ponto de vista da EDH.

As diretrizes para a EDH trazem a perspectiva da transversalidade, isto é, a necessidade de que os DH estejam presentes em todas as áreas curriculares sempre que for adequado, assim como no convívio escolar.

Tendo em vista que as áreas do conhecimento são campos férteis para fomentar a discussão sobre Direitos Humanos, indicamos aqui algumas sugestões de abordagem pedagógica para que cada área curricular possa trabalhar de forma adequada as questões relacionadas à EDH.

Geografia

Estudar os conteúdos de Geografia é entrar em contato com as formas com as quais o homem se relaciona com o espaço, o que abrange alguns princípios norteadores da



Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o direito a moradia, a um ambiente sustentável e saudável, a um endereço, a uma nacionalidade.

Entre tantos conteúdos, podemos citar: o estudo da geografia humana e o direito à terra, à cidade, às formas de vida tradicionais de povos indígenas e quilombolas, à urbanidade, a questão das fronteiras e a imigração; o estudo de geografia física e as questões que envolvem o meio ambiente, a sustentabilidade, as ocupações irregulares, os mananciais, a utilização de matérias-primas, lembrando que a sustentabilidade socioambiental é um dos princípios das diretrizes para a EDH.



No cotidiano dos alunos, as aulas de Geografia contemplam atividades de mapeamento da escola e de seu entorno, o estudo das paisagens do bairro e da cidade, a mudança das paisagens de acordo com o crescimento econômico e social. Conhecer, de fato, o espaço que se ocupa no território é fundamental para a participação cidadã. Eventos como os “rolezinhos” ou as campanhas contra instalação de metrô em áreas nobres da cidade podem e devem ser temas de discussão nas aulas de Geografia e na abordagem da EDH.

História

A disciplina de História fornece um arsenal notável para a reflexão sobre temas relacionados à EDH, pois trata da tensão constante entre o homem e seu destino político. A história da humanidade é basicamente marcada pelas lutas que se travaram em prol de conquistas, da queda de braço entre fortes e fracos, entre liberdade e aprisionamento, entre a democracia e os regimes ditatoriais.

Nessa área, o estudo das formas de exploração e de suas injustiças contempla assuntos como a escravidão dos negros, o genocídio dos povos indígenas, as imigrações e os refugiados. O estudo da Revolução Industrial, por exemplo, pode levar à discussão

e à análise sobre as causas e as consequências do trabalho infantil. Da mesma forma, conhecer o período da ditadura civil-militar no Brasil e as violações dos Direitos Humanos nesse período explica, em grande parte, a estrutura repressiva e a naturalização das violações da dignidade humana ainda vigentes no nosso país.

No ensino de História, as versões são cruciais. Portanto, nessa área do conhecimento, revisões e novos estudos, novas reflexões e novas análises sempre são possíveis e aconselháveis. Por exemplo: Será mesmo que um dia uma princesa decidiu abolir a escravidão no Brasil? Teria sido simples assim ou foi uma luta de muitos anos e muitos mártires? Negros foram torturados, sofreram violências físicas e morais, mas isso está nos materiais didáticos? Entretanto, é preciso estar bastante atento para revisionismos sem o devido embasamento científico, que não raro levam a um “negacionismo” da História, em que anos de estudos e pesquisas documentais produzidas pela comunidade científica de historiadores são desprezados em favor de interpretações sem fundamento em relação ao processo histórico.

Como triste herança da escravidão, temos o preconceito e a discriminação, que permanecem até os dias de hoje como um traço nefasto desse passado. Portanto, não se trata apenas de ter conhecimento dos fatos, mas de entendê-los amplamente, fazendo relações entre o passado e o presente.

A própria história da conquista dos Direitos Humanos, o estudo sistemático da formação do povo brasileiro, do papel da mulher e do jovem na história e as datas comemorativas na escola são conteúdos férteis para a EDH e não podem ser deixados para trás.

Mais que tudo isso, os alunos precisam aprender que estamos fazendo história todos os dias da nossa existência e que, com as nossas ações, nossas tomadas de decisão e até mesmo com o nosso silêncio, somos todos agentes e sujeitos da história da humanidade.



Ciências Naturais

O estudo de Ciências coloca os alunos em contato com a compreensão da dinâmica do planeta que ocupamos. Essa compreensão resulta num maravilhamento sem limites e também nas polêmicas sobre o avanço do homem no domínio e na extrapolação de seus limites. Assim, os conhecimentos científicos são arma poderosa para qualquer sociedade, tanto para a paz quanto para o surgimento de novos conflitos, tendo em vista que as pesquisas com átomos levaram à invenção da bomba atômica, por exemplo. Portanto, ter pleno acesso a esses conhecimentos faz parte da EDH.

Para ajudar os alunos a refletir sobre esse potente campo de intersecção entre a ciência e os Direitos Humanos, apresentamos aqui três exemplos de temas que fazem parte do cotidiano e que podem ser trabalhados em sala de aula:

- O estudo da saúde e do corpo humano como direito de saber mais e melhor sobre as condições de vida e o cuidado que todos devem ter com a sua saúde e a do outro.
- A produção de alimentos e o direito à nutrição sadia.
- A ciência e os limites da genética, nas últimas décadas, com efervescentes discussões sobre a ética e o destino das pesquisas; as pesquisas e experimentações em laboratórios como direito ao conhecimento científico e sua relação com a sobrevivência da espécie humana; o limite ético para a busca desenfreada de novas descobertas.

Assuntos e conteúdos relacionados ao meio ambiente (como o direito à água, sua distribuição e os limites de recursos naturais) também devem ser levados para sala de aula e problematizados sob a perspectiva de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, podendo ainda ser trabalhados de forma transversal com outras disciplinas.

Língua Portuguesa

No estudo de Língua Portuguesa, a luta pelos Direitos Humanos está presente em situações bem marcadas: nos preconceitos linguísticos que ainda existem num país de modos de falar bem característicos e diversos; nas novas maneiras de se relacionar com o idioma presentes na comunicação da atual geração de jovens; na formação de grupos e coletivos com linguagens e até dialetos próprios; na existência palpável de um valor elitizado das normas cultas; no direito a uma alfabetização plena para o também pleno exercício da cidadania.

É importante conhecer as diferentes formas de comunicação de cada localidade como legítimas e afastar o preconceito linguístico, muito presente em nossa sociedade.

Um importante professor chamado Antonio Candido (1918-2017) afirma que a literatura também é um Direito Humano, pois ela nos torna mais humanos e nos dá condições de nos aproximarmos dos mais variados tipos humanos.

Além do estudo da Língua Portuguesa, a literatura aparece como forte aliada na abordagem dos DH. Ao ler uma obra literária, é possível entrar em contato com diversas maneiras de pensar, de agir, de estar no mundo: personagens, épocas e lugares transmitem valores que podem ser descobertos e problematizados. Assim, pode-se concluir que é por meio da literatura, do contato com o outro e da possibilidade de estabelecer diálogos entre tempos, espaços e gerações inteiras que se dá o exercício de DH nas Letras. É importante ressaltar ainda o quanto a luta por bibliotecas públicas, salas de leitura, acervos ricos e diversos, tem contribuído de forma eficaz para que o exercício da leitura (e, portanto, esse contato com o outro) seja constante. Nesse sentido, a formação de clubes de leitura que possam dar voz aos leitores e a discussão do que se lê representam algumas das possibilidades para o ensino de língua e literatura numa abordagem voltada para a EDH. Não podemos deixar de considerar ainda o direito de acesso à leitura daqueles que necessitam de dispositivos como o braile, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros meios.



Matemática

O estudo de tabelas, infográficos, gráficos, diagramas e demais ferramentas alimentadas pela Matemática pode ser um instrumento potente para a abordagem da EDH. O trato com as questões numéricas pode sugerir que esses conhecimentos sejam prontos e acabados, palpáveis e concretos, mas sabemos que não é assim. Números são manipuláveis. O uso da matemática, da estatística, de índices e indicadores deve ser aliado para aprimorar a leitura e a compreensão da realidade.

Em nosso cotidiano, vemos que cálculos matemáticos fazem parte de atividades importantes da vida: o orçamento familiar é um bom e importante exemplo; o cálculo dos gastos feitos e a previsão dos gastos futuros; a possibilidade de economizar dinheiro para a realização de projetos; o valor real dos salários e de tudo o que consumimos; o cálculo de juros e sua relação com a política econômica e social.

Nesse sentido, algumas perguntas podem ser colocadas: Como são realizados os cálculos que definem a divisão em classes sociais baseada no poder aquisitivo de cada uma, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na renda *per capita*? Entender como esses números todos influenciam a ideia da sociedade que temos é de fundamental importância e pode gerar discussões muito interessantes em sala de aula.

Artes

De acordo com o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios”.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que as artes eram monopólio das elites que tinham acesso a ela. Felizmente, hoje ninguém mais acredita nisso.

Cada vez mais, a arte tem sido estudada, discutida e debatida entre todos. O acesso a museus, salas de concerto, exposições variadas, teatro, cinema e dança está sendo cada dia mais reivindicado, sendo a bandeira de luta das escolas que inovaram também em seu currículo, estudando cada vez mais a arte como manifestações do povo, fazendo com que os alunos sejam produtores de arte, e não só consumidores.

Em todos os seus formatos, a arte é a mais rica forma de expressão, podendo manifestar sentimentos diversos, como indignação, denúncia, sensibilização ou identificação. Nos últimos tempos, tem-se falado na arte “engajada” como manifestação de uma preocupação com o destino humano. A abrangência das manifestações artísticas é quase infinita, tendo em vista que novas modalidades continuam surgindo e as apropriações dos discursos e dos materiais não parecem se esgotar.

Em geral, os jovens se mostram muito antenados com as manifestações artísticas, porque são uma maneira de eles mostrarem sua criatividade e de expressar dúvidas, alegrias, temores, certezas e as mais variadas ideias. Daí, a necessidade de abrir espaço na escola para o hip-hop e o funk, a pichação e o grafite nas artes visuais, a arte e o cinema digitais por meio do aparelho celular, que ganham cada vez mais espaço entre os jovens. E também abrir espaço para as bandas que se formam em garagens, pátios de escola e espaços coletivos e gravam seus CDs facilmente graças à apropriação das tecnologias.

Assim, ocupar painéis, paredes, muros, bancos e quadras com trabalhos dos alunos significa dizer que os espaços são democráticos e devem ser ocupados. Do ponto de vista educativo em Direitos Humanos, significa também criar boas oportunidades para refletir sobre liberdade de expressão e respeito à dignidade. Não podemos esquecer também que, com o apoio de grêmios e associações de pais e mestres (APMs), a escola pode incentivar a participação dos pais e de toda a comunidade escolar na vida artística da cidade por meio de festivais, saraus, exposições e visitas a museus como forma de aprimorar o conhecimento de todos.



Educação Física

A prática do esporte como fator de integração e aproximação possibilita a vivência de valores no exercício de jogos e práticas comuns, nos jogos cooperativos, nos treinos e exercícios para a garantia de boas atuações e resultados e também nas brincadeiras tradicionais de infância. Todos esses são exemplos de atividades que aproximam a Educação Física das questões que permeiam o cuidado com a vida coletiva. Portanto, garantir a todos o direito de participar em igualdade de condições, incluindo os alunos com deficiência, formar grupos, e não adversários, pensar em atividades que garantam que o talento individual esteja a serviço do coletivo são os principais pontos a serem observados na Educação Física para atender às diretrizes para a EDH.

As sugestões apresentadas aqui são somente alguns exemplos de como a Educação em Direitos Humanos já está presente na sala de aula, necessitando de professores atentos para propor situações nas atividades que desenvolvem com seus alunos.

Como intervir em situações cotidianas

A EDH não será garantida apenas por meio dos conteúdos escolares. Para que seja implementada, ela precisa do compromisso com a construção de um ambiente ético e justo no espaço escolar, o que pode nos levar a pensar em situações corriqueiras no cotidiano escolar, como brigas, desavenças, dissimulações, agressões, opressão de grupos sobre indivíduos, atitudes discriminatórias, exclusões, violências físicas, conflitos e furtos, além de outras situações de caráter educacional e disciplinar. No entanto, uma pergunta se faz necessária: Será que esses problemas são “naturais”?

A escola é um espaço permeado de diversidade, e as relações que se travam dentro dela são muitas e muito diferentes: amizade, disputa, admiração, preconceito, rixa, inveja, amor, hierarquia, animosidade, competição, aversão (sentimentos que permeiam as relações o tempo todo). Ainda que sejam situações bastante difíceis e complicadas, são também oportunidades de intervir, no papel de educador, criando

possibilidades para que os alunos reconheçam aqueles sentimentos e procurem a melhor forma de lidar com eles. Aqui a questão é: Como intervir para que os alunos avancem na qualidade dos relacionamentos e no respeito mútuo?

Situações delicadas

Vale a pena pensar no exemplo de situações de furto. Na verdade, é bastante difícil dizer por que um aluno toma para si algo que não lhe pertence. Os motivos podem ser muitos: o desejo de possuir determinado objeto, os sentimentos de repulsa, exclusão, inferioridade ou mágoa, inveja, a identificação com o dono do objeto etc. Difícilmente se saberá, mas, talvez, o mais importante seja buscar uma maneira de intervir que contribua com a formação, não só dos envolvidos diretamente na situação, mas do conjunto dos alunos.

Nesse caso, há vários aspectos sobre os quais é importante pensar e agir. O primeiro deles é a necessidade de oferecer a esse aluno a oportunidade de reparar seu erro e o desconforto que causou ao colega de quem subtraiu algo, devolvendo (ou repondo) e se desculpando. Esse tipo de atitude, além de reparar o dano causado ao outro, é essencial para que o aluno que furtou tenha a oportunidade de analisar e rever sua atitude.

Outra questão muito importante é que o fato de se apossar de algo que não lhe pertence não faz desse aluno um “ladrão”, nem aponta “falhas de caráter”, ou autoriza quem quer que seja a responsabilizá-lo por outras situações de furto que podem vir a acontecer na escola. A questão é que ser visto como “ladrão” pode ser humilhante e revoltante, colocando esse aluno num lugar do qual talvez seja muito difícil sair.

Assim, a escola pode ser um espaço propício para que situações como essa sejam resolvidas de forma clara, rigorosa e, ao mesmo tempo, segura e protegida. Nesse sentido, a forma como os adultos encaminham essas situações são determinantes para a formação dos alunos. Isso não quer dizer que não se deva nunca lançar mão



de nenhum tipo de punição. Com certeza, é importante que toda e qualquer ação que prejudique alguém (seja ferindo, subtraindo algo, ofendendo, magoando ou restringendo) tenha, sim, algum tipo de consequência, mas é fundamental também que essas consequências ou punições tragam impressas a marca pedagógica (e não policial ou judicializada) da reparação.

Esses mesmos princípios podem ser considerados para intervir em situações de furto e em situações que envolvem conflitos e geram perda e desvantagem a algum dos envolvidos.

E quando houver agressão física?

Para intervir de forma adequada em momentos de agressão física, é importante lidar com essas situações visando à compreensão do que resultou na agressão, buscando o diálogo e, sobretudo, a reparação, que, nesse caso, pode ser efetivada de forma concreta, como apoiar o colega agredido, buscar gelo para diminuir a dor, ajudar a fazer um curativo ou qualquer tipo de ajuda que possa ser prestada.

Assim como acontece nas situações de furto, caracterizar a criança como aluna agressiva não vai ajudar. Ainda que sejam momentos bastante difíceis, é possível transformar essas situações em oportunidades de aprendizado, refletindo sobre novas formas de relacionamento que incluam a resolução de problemas por meio do respeito e da solidariedade, e não da agressão.

Os maiores da escola

Já mais fortes e marcados por suas individualidades e experiências de vida, os adolescentes vivem de maneira mais intensa as relações em seus grupos de convívio, e muitos deles mostram uma necessidade grande de se afirmar, sobretudo em situações extremas. Nesses casos, não se trata mais de brigar por causa de um lápis ou do lugar para sentar na sala de aula, por exemplo. Muitas vezes, há brigas pela posição de liderança no grupo, por disputa amorosa, por frases e fotos que foram trocadas nas



A liberdade e a democracia não abrem mão da autoridade, e ela precisa existir em todos os momentos, ainda mais quando os limites foram extrapolados. Portanto, violência não pode ser entendida como comum ou aceitável. Mas não pode ser, também, vista como um crime sem remédio.”

Maria Victoria Benevides

redes sociais e tantos outros motivos. A urgência em resolver acaba não escolhendo lugar, e é na sala de aula, no pátio ou corredor que a briga começa e pode envolver alunos que nada tinham a ver com os motivos que geraram o conflito, pois todos acabam escolhendo um lado.

Além do que já foi dito, as situações de agressão e conflitos mais graves devem necessariamente ser objeto de discussão do próprio grupo que as originou. Nesses casos, o processo de escuta se faz ainda mais importante.

É necessário que representantes de classe, coordenação pedagógica e educadores tomem para si o trabalho de escuta e a tentativa de promover a resolução da questão. Para isso, é importante buscar conhecer os princípios da Mediação de Conflitos na perspectiva da Educação em Direitos Humanos (ver caderno *Mediação de Conflitos*), adotar o diálogo e sanções reparatórias sempre que possível (condizentes com a idade do aluno transgressor e a complexidade da questão) como estratégias que trazem resultados satisfatórios para o restabelecimento do convívio respeitoso. Mais que isso, toda a comunidade escolar precisa se responsabilizar pela resolução de problemas e pela divisão de tarefas na educação e na orientação de quem transgrediu alguma norma.

É importante que toda a equipe conheça os alunos e possa ajudá-los a cuidar de si e de seus amigos. Devemos lembrar que, quanto mais velhos, mais “soltos” os alunos ficam na escola e em menor proporção são observados, pois não possuem um professor fixo o tempo todo, capaz de desenhar um perfil mais fiel de comportamento para auxiliar nos momentos de conflito.

Por último, mas não menos importante, é preciso dizer que o trabalho com a Educação em Direitos Humanos não contribui apenas com a formação dos alunos. Antes de tudo, a EDH tem como objetivo a criação de uma rede de proteção e manutenção da vida e da dignidade humana, que deve se estender por toda a comunidade escolar, incluindo sobretudo os educadores, que têm aí uma oportunidade única de viver, con-



viver, ensinar e aprender num ambiente em que as relações sejam permeadas pelos princípios da justiça e do respeito.

Escola, família e responsáveis

Uma relação delicada e conflituosa

A relação entre escola e família nem sempre é das mais tranquilas, e isso merece nossa total atenção. Do ponto de vista da escola, existe uma expectativa de que as famílias participem dos projetos pedagógicos e culturais, acompanhando a vida escolar e o desenvolvimento de seus filhos.

No entanto, a maioria dos pais dos alunos ou seus responsáveis trabalha fora e não tem tempo de acompanhar todas as atividades que acontecem na escola, porque a vida é muito corrida, a cidade é muito grande e nem sempre os padrões são compreensivos. De outro lado, a família também espera que a escola dê conta de cuidar dos seus filhos, de educá-los em uma série de aspectos.

Nesse sentido, cabem aqui duas perguntas: Quem educa? Quem ensina? Todos já ouviram frases como: “Seu pai não te deu educação?”, “A família educa e a escola ensina” ou “Você não é minha mãe pra mandar em mim”. Na atualidade, observamos a existência de um terreno pantanoso e uma falsa crença de que ensinar e educar são dois processos estanques. O fato é que a criança se desenvolve, constrói conhecimentos, adota valores e se posiciona no mundo por meio do que ela aprende em todos os espaços que frequenta, e a escola é um espaço muito importante.

A escola tem a responsabilidade de garantir condições para que as crianças aprendam conteúdos específicos e curriculares, mas também valores e atitudes. E isso não quer dizer que a escola deve assumir mais responsabilidades, porque, na verdade, já os ensina mesmo que não tenha clareza disso. Cada gesto, cada fala e cada reação de um adulto repercutem nas crianças e na sua formação, seja na escola, seja na família,



mesmo sendo espaços de convívio muito distintos e em que as inter-relações são muito diferentes. Portanto, vale investir numa boa relação entre escola e família, aproveitando as oportunidades de participação que as escolas podem oferecer.

Cuidados quando as crianças crescem

A relação dos familiares com a escola se modifica bastante à medida que os filhos crescem. No período da adolescência, os meninos e as meninas passam a demandar uma nova ordem de cuidados e atenção, pois se trata de uma fase permeada de mudanças muito marcantes, tanto de natureza física quanto emocional. Nem sempre, porém, é possível para as famílias estar presentes e acompanhar de perto esse processo. A relação entre a família e os educadores, até então mais próxima, mesmo que em encontros casuais no portão da escola, aos poucos se transforma e muitas vezes não mais acontece, e os problemas ocorridos na escola nem sempre são relatados aos responsáveis.

Os cuidados dos educadores com os adolescentes e os canais de comunicação com as famílias precisam ser fortalecidos para que os responsáveis não sejam chamados apenas em situações de emergência.

Merece atenção ainda o fato de que, nessa fase, os alunos circulam com mais liberdade pela escola e muitas vezes estabelecem contato afetivo e relação de confiança também com professores auxiliares e outros profissionais que atuam na escola, como monitores, porteiros, entre outros. Daí, a importância da integração não só de professores e famílias, mas de toda a comunidade escolar no sentido de estreitar e fortalecer esses laços. Desse modo, todos cuidam de todos.



Atividades em sala de aula que solicitem a participação dos familiares podem ajudar a aproximá-los da escola em todos os ciclos, inclusive no Ciclo Autoral.



A solução é integrar e respeitar

Cada família tem sua história, que precisa ser respeitada e valorizada pela escola para poder estabelecer uma parceria na educação das crianças e dos adolescentes.

A integração entre a escola e a família passa pelo exercício contínuo da participação. Não é fácil. É importante lembrar que nem todos os familiares e responsáveis podem se ausentar do trabalho para participar de reuniões e atividades na escola. Já começa aí a dificuldade dessa integração. Além disso, muitos pais nunca tiveram experiência de participação democrática nas instituições de que fizeram ou fazem parte. Então, para muitos deles, a escola dos filhos é a única oportunidade e o único lugar em que esse direito é possível, mas eles nem sempre se sentem à vontade para isso.

Contudo, essa integração não é difícil somente para os familiares, mas também representa um desafio para a escola, que, em geral, não tem a prática de considerar a presença e a contribuição dos familiares. Assim, respeito e generosidade são necessários para garantir que estes entrem na escola sem medo e acreditem que serão escutados e compreendidos, sem receio de passar por qualquer tipo de constrangimento ou ser alvo de algum tipo de preconceito. Nesse processo, a escuta é essencial, pois nada acontece sem que essa atitude seja plenamente adotada.

Para efetivar essa integração com a escola, as famílias precisam ser convidadas para todas as atividades do calendário escolar: culturais, sociais, participações mais inovadoras, como assistir a aulas coletivas, conhecer o trabalho dos filhos, realizar passeios conjuntos, utilizar as bibliotecas (que, por lei, são comunitárias) e outras atividades que a unidade escolar puder promover.

Além disso, tradicionalmente, as APMs e os conselhos escolares podem se reunir para discussões de questões mais complexas (como o currículo e a gestão da escola) até questões mais cotidianas, e não menos importantes (como o calendário festivo, a merenda e o cuidado com a organização do espaço escolar).



Pense nisso

Seria possível elaborar cronogramas e arranjos para que mais professores tivessem contato com os pais dos alunos? Seria possível um calendário de reuniões com as famílias unindo uma atividade cultural interessante e uma posterior conversa sobre currículo, avaliação e outras questões do projeto político-pedagógico da escola?

2. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Características do Ciclo Autoral

Como já apontado anteriormente, o ingresso no Ensino Fundamental é marcado por uma série de mudanças, tanto no que diz respeito à escola (rotina, aprendizagens, estrutura, exigências) quanto ao desenvolvimento das crianças, começando pelas relações estabelecidas com o professor: se antes as crianças o tinham como a principal referência do espaço escolar, agora elas passam a considerar de forma muito mais intensa os colegas e as amigas, identificando-se cada vez mais com eles. Desse modo, o professor passa a ocupar um espaço diferente, como uma figura permeada de autoridade na promoção da aprendizagem, ainda que continue mantendo com todos um vínculo forte de afeto e confiança. Podemos dizer que, ainda que continuem (por muito tempo) a ser crianças, no Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, elas passam a fazer parte de outra categoria: mais autônoma, mais vinculada ao mundo das outras crianças e mais preparadas para encarar os desafios que a aprendizagem lhes impõem.

Os novos desafios da aprendizagem e a alfabetização

A orientação para o Ciclo de Alfabetização incorpora fortemente as dimensões do brincar, da alfabetização para o letramento e da autoria, assim como compreende que as práticas pedagógicas e as decisões do educador devem ser orientadas pelas demandas dos estudantes. No que diz respeito à aprendizagem, são muitas também as transformações que ocorrem nessa faixa etária (dos 6 aos 8 anos).



Um dos maiores e mais importantes desafios enfrentados pelas crianças nesse primeiro ciclo é o processo de alfabetização, que possibilita ampliar o acesso à cultura e às informações a que todos têm direito na sociedade, contribuindo de forma significativa para a construção da condição de cidadão.

Assim, a escola vai ganhando um significado mais amplo para os alunos. O sentimento de pertencimento à comunidade escolar leva as crianças a rever e reconstruir sua postura com base nas situações que vivenciarem juntas e nas experiências compartilhadas. Por isso, promover situações em que os alunos sejam convocados a interagir munidos de um objetivo comum (compartilhar saberes e dificuldades, pedir e oferecer ajuda) pode incrementar um processo de construção compartilhada de conhecimento e de atitudes de solidariedade.

Sugestões de atividades no Ciclo de Alfabetização

As atividades propostas aqui são situações que foram planejadas almejando a construção e a manutenção dos princípios que devem permear todas as relações que se estabelecem dentro da escola: justiça, respeito, equidade, cuidados, solidariedade e democracia. Na verdade, são situações “disparadoras”, que têm como passo inicial uma atividade baseada nos princípios citados anteriormente, que poderá se estender e fazer parte da rotina dos alunos, que estarão, assim, implantando, no espaço e no dia a dia da escola, uma cultura baseada na soberania dos Direitos Humanos.

Cuidando dos colegas em pequenos acidentes

Uma ideia é construir coletivamente um “Guia de primeiros socorros de pequenos acidentes” para orientar os alunos no momento em que algum de seus colegas se machucar, contemplando perguntas como: O que fazer quando um colega se cortar? Como fazer quando um colega bater a cabeça? E quando for picado por um inseto? Como proceder quando alguém cair da escada? E quando desmaiar? Em todos esses casos, um adulto deve ser chamado, mas é preciso que as crianças saibam tomar algumas providências básicas.



Outra possibilidade é confeccionar cartazes e avisos para evitar acidentes na escola e em casa. Os alunos que começam no Ciclo de Alfabetização também devem ser desafiados a escrever nesses cartazes. Ainda que não sejam capazes de fazê-lo da forma convencional, eles podem lançar mão de desenhos explicativos com pequenos textos. Um texto do tipo instrucional, contendo uma pequena lista de procedimentos, sem frases elaboradas, é uma produção possível, sobretudo se confeccionado coletivamente, contribuindo com o processo de aquisição da escrita. O trabalho pode ter início nas salas de aula, para depois reunir as indicações em um produto único e coletivo, que pode ser um mural a ser exposto num espaço de grande visibilidade, cartazes espalhados pela escola ou um folheto explicativo a ser distribuído para toda a comunidade.

Uma variação dessa atividade pode ter como foco campanhas de saúde, como prevenção da dengue, higiene, economia de água, cuidado com o lixo, ou outras que estejam em pauta.

O importante é que a ideia do cuidado com o outro esteja presente e constitua um valor na comunidade.



Fique de olho

É interessante que os alunos possam ter contato com médicos e enfermeiros na comunidade escolar (pais de alunos, parentes de professores e profissionais de unidades de saúde das redondezas) que possam ser entrevistados pelos alunos. As perguntas devem ser elaboradas e escolhidas com antecedência.



Pense nisso

Cuidar do outro é respeitar. Ser cuidado é ser respeitado. Esse é um valor a ser afirmado para que as crianças dessa faixa etária reconheçam sua importância, adquirindo a noção de responsabilidade coletiva e a ideia de comunidade.



Mural de boas-vindas e dicas para receber novos colegas

Essa é uma sugestão para os alunos do 2.º ano (com 7 ou 8 anos de idade) que chegaram à escola no ano anterior e que receberão os novos alunos que estarão ingressando na comunidade. Com isso, pode-se fortalecer a autoestima desses alunos, que poderão atuar como “experientes” e conhecedores da rotina da escola. Vale ressaltar também a oportunidade que eles terão de revisitar as situações difíceis que viveram ao entrar no Ensino Fundamental e reconhecer seu processo de adaptação.

Nesse sentido, esperar e ser esperado, receber e ser bem recebido são situações que colocam em jogo, antes de mais nada, a ideia da solidariedade que, nesse caso, se encontra no cuidado e na ajuda prestada ao outro e na identificação com a dificuldade que o outro está enfrentando.

Pensando em fazer da escrita um desafio presente nesse momento de alfabetização, a produção de um mural de boas-vindas para os novos colegas pode ser uma proposta interessante. O mural pode contemplar não só mensagens de boas-vindas, mas também dicas de orientação espacial, horários, nomes e funções dos profissionais de apoio da escola etc. Nesse processo, é importante incluir a leitura do mural para os recém-chegados que ainda não são leitores. Essa proposta pode ser realizada em outras situações, como a chegada de um aluno novo na sala no meio do ano letivo, a apresentação da escola a visitantes, reformas no espaço escolar etc.



Fique de olho

É importante que todos os alunos possam se colocar, dando dicas e orientações aos novos colegas, e não somente aqueles que têm mais facilidade de comunicação. Nesse processo, todos devem se sentir autores.



Pense nisso

É fundamental criar um sentimento de comunidade entre os alunos, algo que os aproxime, que não seja artificial. Afinal, estamos ensinando a ler e a escrever e também cultivando valores.

Campanha de limpeza no espaço escolar

O objetivo desse tipo de campanha é fazer com que os alunos se apropriem do espaço escolar e se responsabilizem por ele por meio dos cuidados e da manutenção, lembrando que essas são atitudes de respeito para com o outro e para consigo mesmo. Também aqui a escrita pode estar presente. Dessa vez, as crianças podem ser convidadas a escrever pequenos bilhetes ou lembretes para os colegas, que podem ser deixados nas carteiras das salas (para os alunos do turno seguinte), no mural da escola, nos espaços de recreio ou até mesmo no banheiro.

Primeiro, é importante fazer um trabalho de conscientização sobre a importância desses equipamentos e espaços da escola, o que significam para todos, para que servem. Depois, identificar como podem cuidar e divulgar para todos essa iniciativa, inclusive para os profissionais de apoio e a direção da escola, que podem ajudar com algumas iniciativas conjuntas.

Essa ideia também pode ser aproveitada em outras situações de cuidados com a escola, como a de potencializar os espaços que a escola oferece para proporcionar mais e melhores momentos de convivência e incrementar atividades interativas no pátio ou no refeitório.



Fique de olho

Essas campanhas devem ser fruto de discussões com a classe, e as propostas devem vir dos alunos depois de um processo de compreensão e de pesquisa em materiais já existentes.



Brincando em segurança

Outro tipo de campanha sugerida para essa faixa etária é sobre cuidados com a segurança ao usar os brinquedos do pátio. O grupo de alunos pode circular pela escola e, depois de identificar possíveis riscos de acidentes, pode organizar uma lista de perigos sobre os quais todos da escola precisam ser alertados.

Para esse tipo de campanha, podem ser feitos murais e cartazes propondo cuidados e atenção. Os brinquedos do pátio da escola podem receber pequenas placas contendo orientações para utilização com segurança de cada um deles. O ideal é que os alunos escrevam com letras grandes e que as placas sejam plastificadas para que resistam ao tempo e ao ambiente externo. Nessa atividade, é importante que todos possam atuar como escritores, e não somente aqueles mais competentes nesse sentido.



Pense nisso

Todos os desafios relacionados à escola podem ser mais potentes para a aprendizagem das crianças se enfrentados de forma que os alunos possam discutir e colocar em jogo suas próprias hipóteses.



Fique de olho

Aqueles alunos que não conseguirem ou não quiserem escrever podem participar de outras formas, ajudando a decidir o que deve ser feito. Todos devem ser incluídos de alguma forma nessas atividades, que representam contextos de aprendizagem do valor e da atitude de respeito e cuidado com os outros.



3. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO INTERDISCIPLINAR

Características do Ciclo Interdisciplinar

Já mais crescidas e capazes (com idade entre 9 e 11 anos), tanto do ponto de vista das aprendizagens quanto no que se refere à capacidade de se relacionar, dialogar, ouvir o outro e considerar o meio social, as crianças a partir do Ciclo Interdisciplinar (4.º, 5.º e 6.º anos) podem ser desafiadas a olhar para o mundo de forma mais ampla, autônoma e singular. A leitura e a escrita têm cada vez mais um papel determinante na vida de todos, como um importante procedimento de trabalho, estudo e fruição.

Mesmo com um número maior de áreas de conhecimento e de professores, é possível estabelecer relações entre os temas e os objetos tratados em cada uma dessas áreas. Nesse ciclo, o 4.º e o 5.º anos contam com a possibilidade de abordar conteúdos por meio do trabalho com projetos. E, a partir do 6.º ano, os professores especialistas podem atuar de forma a compartilhar a docência de uma mesma classe.

Aos poucos, os alunos percebem que o mesmo assunto pode ser observado, tratado e investigado de diversos pontos de vista. Pode-se oferecer aos alunos, por exemplo, a possibilidade de lidar com o tema da discriminação da cor de pele por meio do estudo das Ciências Humanas, abordando questões históricas que podem elucidar aspectos geradores, como a dominação de um povo pelo outro, a escravidão, a colonização e algumas guerras.

Entretanto, é importante que a ciência também os apresente às diversas composições de características físicas de diferentes povos, esclarecendo que não é possível classificá-las como melhores ou piores, apenas como diferentes. Esse tema pode ser abordado ainda por meio da arte, tomando como objeto de estudo, por exemplo, a produção de artistas de diferentes etnias.

Quanto mais frequentes forem essas abordagens interdisciplinares, maior será a possibilidade de os alunos aprenderem a estabelecer relações para a compreensão de questões complexas.

Elaborar ideias (hipóteses, proposições) acerca dos assuntos tratados na escola e compartilhá-las com os colegas são oportunidades que devem fazer parte da rotina dos alunos com muita frequência.

Nesse momento, torna-se possível algum tipo (mesmo que incipiente) de organização de grupos unidos de objetivos comuns, como campanhas e reivindicações coletivas, no ambiente escolar, contando com a orientação e o monitoramento dos adultos. Essas são experiências iniciais de organização que terão repercussão nas etapas posteriores da vida escolar e social.

Sugestões de atividades no Ciclo Interdisciplinar

Apresentamos a seguir algumas atividades para promover a construção e a manutenção de princípios dos Direitos Humanos que almejamos manter vivos na escola. Trata-se de situações que, em alguns casos, inauguram a ação e a reflexão acerca de questões relacionadas aos Direitos Humanos e à ideia de respeito mútuo. São propostas de atividades marcadas pela interdisciplinaridade, uma das principais características desse ciclo do Ensino Fundamental. É importante lembrar que os DH devem permear as atividades culturais e os demais eventos realizados pela escola.

Planejando uma nova comunidade ou um novo país

Uma proposta de atividade muito interessante é sugerir aos alunos que definam regras de convivência, direitos e combinados para reger um país imaginário (ou uma escola, uma sala de aula, uma rua). Esse exercício é uma oportunidade de reflexão e discussão que pode contribuir de forma significativa para a compreensão dos direitos

de cada um e de todos, aproximando-os das questões inerentes à convivência e à vida em grupo.

Assim, ao imaginar uma situação ideal, fica evidente o que não vai bem, o que precisa ser mudado. Por isso, mais importante que fazer uma lista de direitos e possibilidades, é poder discutir sobre eles com os colegas, justificando escolhas, confrontando ideias e, sobretudo, relacionando-as às situações vividas em classe, na escola e também fora dela.

Essa proposta pode ser abordada integrando as áreas de Ciências Humanas e Língua Portuguesa quanto à escrita e à leitura, além de outras disciplinas a critério dos professores, dependendo de como a atividade será encaminhada, como trabalhar conteúdos de Matemática ao calcular situações desse mundo imaginário. Também é possível representá-lo por meio de desenho, escultura, pintura e outras manifestações artísticas.



Fique de olho

Os alunos devem enumerar aquelas regras e direitos que realmente consideram importantes. Muitas vezes, as crianças enumeram regras e combinados de forma a reproduzir os valores e ditos dos adultos. Aqui, a ideia não é chegar a um consenso, mas seguir pensando sobre o tema.



Pense nisso

Não cabe a nós, educadores, avaliar ou atribuir importância maior ou menor àquilo que foi exposto pelos alunos. Nossa função é promover momentos de fala e de escuta que contribuam com a ressignificação constante das ideias.

Apresentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Abordando conceitos que permeiam as relações dos grupos de toda a comunidade escolar, a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma proposta que pode atravessar todas as áreas e todas as situações da vida escolar.



Há muitas versões lúdicas e ilustradas da Declaração, editadas especialmente para o público infantil. No entanto, basta uma breve explicação acerca da história desse documento, pois, nesse momento, o mais importante é que as crianças entrem em contato com os direitos explicitados na Declaração e com a ideia de que eles existem para a proteção de todas as pessoas, para garantir a todos o direito à vida e à dignidade. As discussões podem incluir a temática da efetivação desses direitos, tanto no que compete ao Estado quanto à responsabilidade de todos para com o direito de todos.



Fique de olho

O conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos não deve se tornar, para as crianças, mais um conteúdo a ser estudado. As ideias contidas na Declaração devem, aos poucos, fazer parte do dia a dia do grupo.



Pense nisso

Podemos propor às crianças que levem o tema para casa antes de apresentar o documento à classe. Assim, cada uma chegará à escola trazendo algumas ideias que podem ser compartilhadas e dar início a conversas e discussões.

Os direitos das crianças

Uma prática comum dos professores é promover, em sala de aula, conversas sobre as formas de resolver conflitos sempre que eles surgem. Assim, pode ser interessante os alunos conversarem também sobre os seus próprios direitos, muitas vezes reivindicados por eles. Para encorajá-los a procurar por esses direitos, é possível propor que façam uma pesquisa sobre direitos da infância e da juventude em diferentes fontes (livros, internet, entrevistas). Certamente, eles encontrarão informações sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, que pode ser investigada nas suas origens e conhecida por todos. A sugestão é que a pesquisa seja feita de maneira detalhada, sem que seja preciso determinar um prazo para sua conclusão.



Fique de olho

Para evitar que o assunto se esgote rapidamente, pode-se convidar todos para fazer um mural na sala de aula ou no pátio da escola com notícias que revelam desrespeito aos direitos das crianças. Sugerir ainda que os alunos convidem diferentes pessoas para conhecer o mural e conversar com eles sobre o assunto.



Pense nisso

*Apresentar aos alunos os filmes:
MUDAR O MUNDO (animação da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional)
DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS (animação de Fernando Rabelo)*

Produção de um jornal

Convocar nossos alunos a fazer o papel de “pequenos jornalistas” pode fazer com que a questão dos Direitos Humanos esteja sempre presente e viva entre todos, passando a permear todas as relações, conversas, conflitos e estudos de alunos, professores, profissionais de apoio e demais adultos ligados às crianças.

Trata-se de uma proposta interdisciplinar, uma vez que diversas áreas do conhecimento podem ser abordadas e oferecidas à análise das crianças. Além da Língua Portuguesa, que está presente como procedimento fundamental para a produção do jornal, é possível abordar, por meio das notícias, diversas áreas do conhecimento, como: Ciências Naturais (apresentando aos alunos e convidando-os a escrever matérias sobre o desmatamento e as consequências dele, por exemplo); Ciências Humanas (denunciando um caso de violência nas ruas ou nas escolas); Matemática (analisando gráficos e comparando dados que apresentam, por exemplo, a queda do nível de água de uma represa).

Antes de dar início à produção, é preciso que o jornal passe a ser um veículo de comunicação familiar para as crianças. Para isso, é necessário que o professor traga



jornais para a sala de aula, sempre munido de um propósito: mostrar uma matéria interessante, comentar uma notícia ocorrida no fim de semana, deixar clara sua indignação com notícias de desrespeito aos direitos de alguém, entre outros. São muitas as possibilidades: jornal da classe, da escola, de uma determinada série escolar ou de qualquer outro grupo que possa ser formado na comunidade (esportistas, alunos da aula de dança etc.). O importante é que todos sejam convidados a produzir textos que possam interessar à comunidade e ser lidos pelo maior número de pessoas possível.

Para adquirir fluência na produção textual, os alunos precisarão de um apoio efetivo por parte dos professores. Portanto, esse projeto pode fazer parte do planejamento dos anos e dos ciclos do Ensino Fundamental. Não podemos deixar de considerar, porém, que os alunos se encontram em diferentes etapas e momentos de seus processos de formação como leitores e escritores. Assim, é importante que todos possam contribuir com aquilo que são capazes de fazer. Se, de um lado, alguns alunos se mostram prontos para escrever textos relativamente longos ou complexos, de outro, é possível propor que outros alunos produzam as legendas das imagens que acompanham as notícias. Outros, ainda, poderão se responsabilizar pela tarefa da revisão dos textos.

A produção de um jornal oferece aos alunos a oportunidade de explorar diferentes tipos de texto: notícias, reportagens, legendas, entrevistas, informações precisas (previsão do tempo, filmes em cartaz etc.), artigos de opinião. Esses são textos que apresentam diferentes graus de complexidade de produção, favorecendo a aprendizagem de todos. Pode-se escolher entre fazer um jornal em cada uma das classes, mas também pode ser muito interessante e produtivo para todos se a escola puder produzir um único jornal, feito por todos, de acordo com as suas possibilidades. É possível ainda optar por um jornal mural, caso não seja possível a impressão de muitos exemplares.





Fique de olho

As notícias de dentro da escola são sempre compreendidas com mais facilidade pelas crianças. Assim, é essencial garantir o espaço delas no jornal.



Pense nisso

A aprendizagem das crianças será mais efetiva se elas puderem trabalhar sempre em parcerias, contando com a troca de ideias e o confronto de hipóteses.

Participação na escola e campanhas pelos Direitos Humanos

Assim como os alunos do Ciclo de Alfabetização elaboram campanhas sobre temáticas relativas ao convívio na comunidade escolar e sobre Direitos Humanos, os alunos do Ciclo Interdisciplinar devem continuar essa prática, ampliando e aprofundando os temas e envolvendo outros integrantes da comunidade escolar, incluindo seus familiares.

Essas são atividades para os alunos aprenderem mais sobre o funcionamento da escola, se integrando a esse espaço e tomando posse do espaço que é também deles. Pela sua própria natureza, essas atividades fomentam o protagonismo e a atitude de participação, identificando questões e buscando transformações.

4. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO AUTORAL

Características do Ciclo Autoral

De acordo com a reorganização curricular do município, o Ciclo Autoral tem como principais características a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, o estímulo à autoria, o compartilhamento e a emancipação para a participação social e cidadã dos alunos.



Assim, é um momento em que os alunos vivenciam um processo de ampla formação político-social, criando asas para voar fora dos muros da escola e também de casa. Nessa faixa etária (dos 12 aos 14 anos), os alunos estão mais expostos a questões diversas e mais complexas que se apresentam na sua vida pessoal e social, como as primeiras relações amorosas, a sexualidade, as drogas, a violência, o desconforto em relação à autoridade dos pais, a preocupação com o mundo do trabalho, a necessidade de se impor diante de amigos e colegas, a preocupação de não ser discriminado pelo grupo.

Todos sabemos como a sociedade se mostra cruel e o quanto exige dos jovens: um cenário de consumismo desenfreado, no qual todos precisam se mostrar *de bem com a vida* e conectados todo o tempo.

Para os alunos dessa faixa etária, a rua apresenta fortes atrativos. Na verdade, a rua é sempre atrativa, seja para brincar, seja para fazer amigos e namorar. No entanto, é nessa fase da vida que essa “demanda” pela liberdade da rua se mostra mais forte e incrivelmente evidente. Grupos e turmas se fortalecem e também se desentendem na mesma proporção, podendo criar situações de muita violência, amargamente vivenciadas por todos.

Contudo, em contraponto a esse cenário de adversidades, os alunos do Ciclo Autoral podem experimentar a participação de maneira mais ampla, podem encontrar espaços variados para falar e exteriorizar suas preocupações, suas angústias, suas ideias e seus projetos. Eles podem participar de fóruns de discussão e de trabalho, colocando-se com toda a criatividade e a vitalidade que estão à flor da pele. Então, esse é um momento certo de abordar os Direitos Humanos em toda a sua complexidade.

O estímulo à autoria e a emancipação político-social são condições importantes para que os alunos do Ciclo Autoral realizem atividades e projetos com outras turmas, com a comunidade escolar e possam exercer toda a sua liberdade na interação com pessoas que estejam dispostas a ouvir, a compartilhar saberes e questionamentos, a cons-

truir uma convivência fraterna, solidária e intensamente cativante. Assim, atenção especial precisa ser dada ao uso dos espaços da escola e à possibilidade de atuações externas, na mesma medida que às áreas de conhecimento. Por isso, as atividades propostas aqui buscam se comunicar com esses espaços e essas áreas.

Sugestões de atividades no Ciclo Autoral

Tendo em vista a dimensão da EDH que trata da “formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político” (item III, artigo 4.º, Diretrizes Nacionais para a EDH), é essencial apresentar aos estudantes do terceiro ciclo esse vastíssimo mundo de belezas e possibilidades, proporcionando o exercício de sua participação.

Bem conhecidos, mas pouco praticados, os grêmios estudantis, as assembleias e os fóruns de discussão são instâncias de participação dos alunos, que podem fazer parte oficialmente da organização das escolas. Essas formas de inclusão e participação dos alunos são abordadas no caderno temático *Democracia na Escola*.

Aqui, sugerimos atividades que podem ser propostas no dia a dia da escola, além daquelas já sugeridas para os ciclos anteriores e devidamente adaptadas para os desafios do Ciclo Autoral.

Intercâmbios e trocas

É importante valorizar e estimular a possibilidade de aprender com jovens do mundo inteiro por meio das novas tecnologias, em especial as da internet. Por meio de projetos com professores orientadores de informática educacional (POIEs) ou por outras instâncias, os alunos podem se comunicar e discutir questões de Direitos Humanos com jovens de outras localidades por meio da internet, da visita in loco de projetos e atividades afins, da pesquisa em jornais. O fundamental é tecer uma rede de discussão que envolva outros



alunos, de outros bairros, de outras cidades, Estados ou países, tornando a discussão sobre DH uma questão local e global, delimitando igualdades e diferenças.

Conhecimento e discussão dos documentos que fundamentam a participação cidadã e os Direitos Humanos

Esta é uma atividade essencial: conhecer os documentos que orientam e regem os Direitos Humanos.

Esses documentos ajudam os jovens a compreender não só seus direitos, mas também seus deveres. Criar situações de estudo e discussão dos documentos é uma atividade que proporciona momentos de debate e reflexão, colocando esses documentos num importante lugar de resultados de lutas e estudos, e não apenas como um amontoado de leis que parecem ter nascido prontas.

Os principais documentos para promover a reflexão sobre Direitos Humanos são:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), documento-base do Projeto Respeitar é Preciso!
- Constituição Federal (1988), em especial os artigos que tratam da educação.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).
- Estatuto da Juventude (assinado em 2013 e pouco conhecido da maioria do público jovem).
- Regimento Escolar, importante documento que deve estar à disposição de toda a comunidade escolar.

- Projeto político-pedagógico da escola, que também deve estar disponível para leitura e conhecimento de toda a comunidade.

A escola e os jovens para além dos muros

Para colocar em destaque o protagonismo e a solidariedade, é preciso propor atividades em que os muros não sejam impeditivos. Com a ajuda dos educadores e de seus familiares, os alunos poderão ir muito além do que normalmente esperamos deles.

Para essa abordagem, algumas atividades potentes são:

- ajudar os outros a aprender: criar comunidades de aprendizagem por meio da formação de grupos de estudo com outros estudantes (dentro ou fora da escola);
- participar de ONGs ou de movimentos sociais que possuam ações ligadas aos DH, como os que atuam no seu território ou para além dele, por meio da internet. No mundo todo, há muitas organizações desse tipo em atividade. No Brasil, temos, por exemplo, o **Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)**, e em São Paulo, o Projeto Juventude Viva, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- manter grupos de estudo sobre temas relacionados aos DH, como história da juventude e sua atuação, história dos DH, história política;
- conhecer **jovens que se mobilizam em todas as partes do mundo** com temas ligados aos DH, como questões políticas, guerras civis, trabalho infantil, homofobia, preconceitos, além de questões de mídia, fenômenos virais da internet, tecnologia.

O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 e tem, entre as suas atribuições, a função de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em 2014, Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa de 17 anos, ganhou o Prêmio Nobel da Paz por sua luta pelo direito de meninas e adolescentes frequentarem a escola no seu país.



TCA em Direitos Humanos

De acordo com a Nota Técnica n. 6 do Programa Mais Educação São Paulo, o Ciclo Autoral (7.º, 8.º e 9.º anos) “se caracteriza pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto. (...) Os projetos curriculares visam à participação com autoria e responsabilidade na vida em sociedade de modo que, ao intervir no âmbito das experiências do grupo familiar e escolar, o aluno possa tornar mais justas as condições sociais vigentes. A educação, como constructo humano, é pensada como forma de intervenção no mundo”.

Os trabalhos colaborativos de autoria (TCAs) podem ser realizados com temas relacionados aos Direitos Humanos, encontrando nesse eixo uma sólida concretização daquilo que é proposto como compromisso com a comunidade. Os professores do terceiro ciclo podem propor o início dos trabalhos no começo do ano, para que os alunos possam acompanhar as atividades que estiverem acontecendo na escola e no entorno, nos grupos de trabalho e no Projeto Respeitar é Preciso!

Os alunos podem ser organizados em grupos de acordo com os subtemas que queiram estudar e, durante o ano letivo, realizar momentos de verificação e troca de material sobre os temas escolhidos, sendo também essencial que façam visitas, entrevistas, trabalhos de campo e outras tarefas que os auxiliem a qualificar e enriquecer o TCA.

Os TCAs sobre DH podem ter como “padrinho” algum adulto, da escola ou não, interessado no tema, que acompanhe a confecção dos trabalhos ao longo do ano e ajude no processo, para que os alunos não deixem tudo para o último ano, para que não tenham que fazer tudo com muita pressa e pouco acompanhamento.

Atividades culturais sobre Direitos Humanos

Em todos os cantos da cidade, atividades culturais ocorrem a todo momento, e é preciso se inspirar nelas. São muitos os materiais que são produzidos e ficam disponíveis nas bibliotecas, nas salas de informática, na internet e em outros espaços da comunidade, como as bibliotecas comunitárias, os CEUs e outros equipamentos culturais e sociais.

Muitas dessas atividades, tanto as realizadas pelo poder público quanto aquelas de iniciativa de diferentes grupos artísticos, surgiram com o tema dos Direitos Humanos.

A escola pode favorecer o acesso a elas e fomentar a realização interna de outras atividades culturais. Indicaremos aqui alguns bons exemplos de atividades culturais a serem promovidas pela escola.

Cinema

O Festival Entretodos apresenta filmes curtos sobre Direitos Humanos que podem ser assistidos em sessões de cinema com toda a comunidade, incluindo a possibilidade de um debate posterior com a mediação de um educador da escola que se sinta à vontade para fazê-lo (professor ou outro).

Além de fazer parte do público, os alunos podem ser criadores de pequenos filmes usando recursos muito simples como aparelhos celulares. O importante é que tenham espaço e orientação para discutir o conteúdo, planejar o roteiro, avaliar o público-alvo e a forma de atingi-lo. Esse tipo de atividade é muito apreciado pelos jovens para refletir sobre as questões que envolvem o seu dia a dia e questões sociais e políticas que afetam seus direitos e o dos demais.



Saraus

Tradicional no passado, os saraus foram revisitados e revitalizados e têm se espalhado pela cidade. É bem provável que exista um sarau próximo da escola, acontecendo na rua, no mercado, na laje ou no quintal de um vizinho, pois é assim que eles acontecem, nos mais diversos espaços.

Justamente pelos saraus terem renascido nas periferias da cidade, a temática dos Direitos Humanos aparece fortemente na leitura de poetas revolucionários e políticos, na leitura de manifestos e na arte que se faz a serviço de uma humanidade mais solidária.

Assim, a escola também pode ser um local para a realização de saraus organizados pelos pais e alunos, com a participação de toda a comunidade. Uma ótima sugestão para essa atividade é convidar poetas do bairro ou da região, muitas vezes desconhecidos do grande público.

Arte nas ruas

Pichar muros? Fazer grafite? E por que não com a temática dos DH?

Em cada bairro, os jovens podem buscar paredes e muros que sejam disponibilizados para fazer esse tipo de intervenção artística. Hoje, esses espaços são reconhecidos e podem ser aproveitados de maneira exemplar, tendo em vista que a ocupação artística pode valorizar o espaço e alegrar a cidade.

Assim, cabe pensar que essa ocupação dever ser feita de maneira bastante reflexiva e criativa. O que se quer pichar, dizer, expressar? Para quem é a mensagem? O local é o mais adequado? Qual texto e qual imagem serão colocados? Discutir essas questões é um exercício excelente para os alunos entenderem a dinâmica da cidade e o direito

de se apropriar do espaço público, mas também estudarem sobre qual comunicação querem fazer e para qual público. De outro modo, a intervenção pode passar despercebida pelo olhar da população.

Em geral, fotografia é um gênero muito apreciado, e atualmente podem ser feitas muitas fotos com o aparelho celular. Ensaios fotográficos pelo bairro e pela cidade podem servir para flagrar situações positivas e negativas na temática dos DH e criar bons e reveladores debates e fóruns de discussão sobre temas correlatos com toda a comunidade. Pode-se também preparar uma intervenção ou exposição fotográfica com que as fotos ampliadas e espalhadas por espaços do bairro e da escola.

A palavra escrita: escrever e compartilhar saberes sobre DH

O Ciclo Autoral tem na autoria um forte apelo pedagógico. Assim, o pleno domínio da leitura e da escrita no fim dessa fase (9.º ano) é objetivo a ser atingido. Daí, a importância de potencializar atividades que coloquem essas práticas em uso social.

Nesse sentido, os alunos podem criar sua própria revista (impressa ou virtual), que pode ter um conselho de redação, receber colaboração de toda a comunidade e se tornar um veículo importante de comunicação. Talvez uma revista do bairro exigisse um grande intercâmbio entre os alunos da mesma escola e de escolas próximas e proporcionasse ganhos essenciais.

Numa revista, além dos textos, que podem ser de variados gêneros (notícias, artigos, reportagens, literatura), pode-se abusar das ilustrações. Cartunistas, chargistas e ativistas do mundo da arte se utilizam de seus traços para denunciar todo tipo de privação de direitos. É possível conhecer o trabalho desses artistas por meio de pesquisas e do contato com seus ateliês. Muitos desses artistas participam das redes sociais, visitam escolas e gostam imensamente de falar com o público jovem.



Atualmente, existem muitas revistas feitas por jovens que trazem cartuns, tiras e quadrinhos especialmente criados sobre temas sociais. Esse é um mundo fantástico e que pode inspirar os alunos a produzir sua própria revista.

Apresentamos a seguir o relato de uma atividade cultural e pedagógica como exemplo do esforço de reunir toda a comunidade escolar.

20 de novembro: todas as consciências

Com a proximidade do feriado de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), uma escola resolveu comemorar fazendo um trabalho não só com os alunos. Assim, foram pensadas diversas tarefas para que toda a comunidade escolar participasse, mas que não fosse um evento (pois “é-vento” sopra, passa). O que a escola desejava é que todos estivessem afiadíssimos na data, sabendo muito e podendo compartilhar muitas descobertas. Ou seja, teve trabalho e aprendizado para todo mundo.

Assim, coube ao grêmio estudantil organizar um painel com notícias e reportagens divulgadas durante a quinzena de 10 a 25 de novembro. Todas as mídias (tevé, rádio, jornal, internet) eram válidas, e o material foi bem cuidado para que não apresentasse somente notícias, para que tivesse consistência, poesia e discussão política, sendo objeto de leitura e discussão antes de ir para o painel. Também foi responsabilidade do grêmio convidar os pais dos alunos para uma sessão de tribuna livre.

A APM realizou uma discussão política e convidou um representante do bairro para falar com os pais, propondo que, juntos, elaborassem um cardápio especial para os alunos na semana da comemoração, com pratos da cultura afro-brasileira, mas pedindo para não incluir feijoada, prato muito conhecido. A APM se comprometeu a dar total apoio para a pesquisa e, numa reunião noturna, exibiu um filme sobre o tema e promoveu um bate-papo.



A turma do 9.º ano foi dividida em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a leitura das matérias jornalísticas que comparam o filme *12 ANOS DE ESCRAVIDÃO* com a vida do abolicionista Luís Gama, personagem importante da história brasileira, muitas vezes relegado ao esquecimento e com trajetória parecida com a de Solomon Northup, líder afro-americano retratado no filme. Fazer uma análise com o texto do livro didático que trata da questão da escravidão.
- Grupo 2: Estudar a notícia que trata dos cinquenta anos do fim do apartheid norte-americano e tecer comparações com o Brasil. Esse estudo deve ser feito por meio de debates abertos.

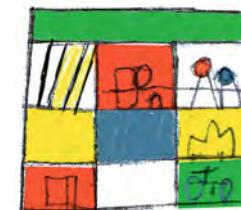
Já os alunos do 8.º ano ficaram responsáveis por dividir a turma em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a pesquisa junto aos POIES sobre a vida da escritora Maria Carolina de Jesus, cujo centenário foi comemorado em 2014.
- Grupo 2: Fazer a pesquisa de outros brasileiros escolhidos numa lista tríplice organizada por alunos e professores. Depois de concluir as pesquisas, socializar as informações com os alunos do 7.º ano e também divulgar no painel do grêmio.

Aos estudantes do 7.º ano, coube fazer a leitura de contos tradicionais de matriz africana, especialmente dos autores Reginaldo Prandi e Heloisa Pires Lima, especialistas e militantes das causas dos afrodescendentes. Para isso, foi necessário fazer uma parceria com o professor orientador da sala de leitura e preparar uma forma de contar as histórias lidas para os alunos do 6.º ano. Além disso, essa turma ficou responsável por indicar aos alunos da escola que visitem o site desses autores e façam perguntas, comentários e observações sobre as obras lidas.

A turma do 6.º ano ficou incumbida de preparar para seus familiares uma sessão de leitura ou narrativa de contos tradicionais de matriz africana escolhidos entre os que foram contados pelos alunos do 7.º ano ou outros, lidos independentemente. Além dos familiares, convidar também os profissionais de apoio da escola para ouvir as histórias lidas ou narradas nessa quinzena especial.

Para finalizar, queremos reiterar que as atividades aqui sugeridas para o Ensino Fundamental são exemplos que apontam possibilidades de como a Educação em Direitos Humanos pode fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas transversalmente, dando sentido social e político à vida escolar dos alunos e dos seus educadores.



Bibliografia

1. DIREITOS HUMANOS

Documentos

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Convenção dos Direitos da Criança. Assembleia Geral da ONU, 1989.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Assembleia Geral da ONU, 1965. Ratificação pelo Brasil, 1968.

Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: Direitos Humanos. Resolução n. 8/2012.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/1990.

Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental, 1996.

Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.

Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Princípios Éticos. Parecer CNE/CEB n. 20/2009.

Programas

Programa de Educación para el Ejercicio del Derechos Humanos (Eduderechos). Ministério de Educación Nacional. Colômbia, 2010.

Programa Estadual de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Educando para a Democracia. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1998.

Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.

Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2003.

Sites sobre Direitos Humanos

Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo
<http://www.direitoshumanos.usp.br>
 Acervo muito amplo com documentos nacionais e internacionais, materiais didáticos etc.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
www.sdh.gov.br

Conectas Direitos Humanos
<http://www.conectas.org>
 Site com artigos e reflexões sobre os DH na atualidade.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<http://www.dudh.org.br>

Site com informações, vídeos, notícias e um sistema internacional de denúncias de violações.

DHnet

<http://www.dhnet.org.br/direitos>

Site de consulta com informações diversas sobre os DH no Brasil e no mundo.

Human Rights

<http://br.humanrights.com/home.html>

Site com relatórios e vídeos sobre DH, incluindo o vídeo apresentado no módulo 1 do curso Respeitar é Preciso!

Instituto Vladimir Herzog

<http://vladimirherzog.org>

Site do Instituto Vladimir Herzog, instituição que visa contribuir para a reflexão e a produção de informação que garanta o direito à justiça e o direito à vida, que promove ações em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, da liberdade e da justiça social, promove exposições, debates e ações educativas, além de publicações que recuperam a memória e a história da ditadura e da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Memoria Abierta

<http://www.memoriaabierta.org.ar>

Em espanhol, o portal da Memoria Abierta, ação coordenada de organizações argentinas de Direitos Humanos, reúne informações sobre o trabalho realizado pelas 27 instituições que formam a rede latino-americana de lugares de memória e consciência. Inclui um catálogo de materiais, exposições e publicações desenvolvidas pelos membros da rede e também uma agenda coletiva que difunde as atividades vinculadas ao trabalho pela memória na América Latina.

Memorial da Resistência

<http://www.memorialdaresistencia.org.br>

Site do Memorial da Resistência de São Paulo, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (de 1889 à atualidade). Divulga testemunhos, exposições, debates e ações educativas ligados aos Direitos Humanos.

Memórias da Ditadura

<http://memoriasdaditadura.org.br>

Realizado em parceria pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esse portal reúne informações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com áreas de interatividade e conteúdos multimídia, possibilita uma visão ampla dos fatos ocorridos no período sob os pontos de vista político, social e cultural, sempre sob a ótica da importância dos Direitos Humanos, da memória e da verdade. Além disso, a área “Apoio ao educador” traz sugestões de trabalho pedagógico.

Núcleo de Estudos da Violência da USP

<http://www.nevusp.org>

Site com pesquisas e artigos sobre violência e DH.

Direitos Humanos no cinema

Cine Direitos Humanos

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=162501

Iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o Cine Direitos Humanos leva sessões gratuitas de filmes com temática de Direitos Humanos ao Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca, na região central da cidade, to-

dos os sábados, às 11h. Basta retirar o ingresso na bilheteria. Curadoria de Francisco Cesar Filho.

CurtaDoc

<http://curtadoc.tv/tema/direitos-humanos>

O CurtaDoc é um espaço dedicado a documentários latino-americanos. O projeto nasceu no Brasil, em 2009, como um programa para a Sesc TV e, desde 2011, mantém um acervo on-line. Um dos acervos disponíveis na internet é sobre a temática dos Direitos Humanos. Na Sesc TV, a série CurtaDoc é exibida toda terça-feira às 21h, com reprises durante a semana. Os episódios são temáticos e os convidados especiais fazem uma leitura crítica dos documentários apresentados. Há sempre entrevistas com diretores e com profissionais de várias áreas da produção audiovisual.

Entretodos

<http://www.entretodos.com.br>

Realizado pela SMDHC e pela Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, e organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos Entretodos tem como objetivo fomentar a cultura de Direitos Humanos e estimular a produção audiovisual como meio educativo e gerador de debates acerca dos Direitos Humanos.

Mostra de Cinema Direitos Humanos

<http://www.mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br>

Realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Cultura, a Mostra é uma produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), do Centro Técnico Audiovisual (CTAV) e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com patrocínio da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Filmes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Acesso à terra*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2011.

_____. *Direitos Humanos e povos indígenas*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos, cidades e desenvolvimento*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2007.

_____. *Discriminação, minorias e racismo*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2008.

_____. *Educação e cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2009.

Longas-metragens: *Batismo de sangue* (Brasil, 2007), *Entre os muros da escola* (França, 2008), *Sobral, o homem que não tinha preço* (Brasil, 2013) e *Hoje eu quero voltar sozinho* (Brasil, 2014).

Documentários: *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006), *Muito além do peso* (Brasil, 2012) e *Tarja branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014).

Curta-metragem: *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Brasil, 1986).

Literatura infantil que aborda temas dos Direitos Humanos

COLASANTI, Marina. *A moça tecelã*. São Paulo: Global, 2004. (Contos que valorizam as mulheres.)

DAVIS, Aubrey. *A sopa de botão de osso*. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Conto popular da tradição judaica sobre a cooperação. Com temática bastante atual, mostra como solidariedade e cooperação podem nos fazer sair bem de situações das quais não conseguiríamos individualmente.)

FETH, Monica. *Quando as cores foram proibidas*. Trad. Dieter Heidemann e Maria de Lourdes Porto. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Livro sobre justiça e responsabilidade.)

LEITE, Márcia. *Olívia tem dois papais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Livro sobre novas configurações familiares. A autora escreve sobre as configurações familiares de homossexuais.)

MACHADO, Regina. *O violino cigano e outros contos de mulheres sábias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Histórias coletadas na tradição oral de vários países e povos. Protagonizados por mulheres, os contos apresentam uma série de heroínas corajosas. Com astúcia, perseverança e sabedoria, elas enfrentam desafios e provações, seguindo tortuosos caminhos em busca da felicidade plena.)

MUTH, Jon J. *As três perguntas: baseado numa história de Leon Tolstói*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Livro sobre escolhas e decisões.)

SEDH; MEC; UNESCO. *Os Direitos Humanos*. Ilustrações de Ziraldo. Brasília, 2008. (Comenta os DH, com foco na vida cotidiana das crianças.)

TOLSTÓI, Liev. *De quanta terra precisa um homem?* Tradução, adaptação e ilustração de Cárcamo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009. (Livro sobre justiça.)

Literatura juvenil que aborda temas dos Direitos Humanos

ALVES, Valdecy. *Declaração dos Direitos Humanos em cordel*. Fortaleza: Editora Tupy-nanquim, 2009.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha: histórias de verdade*. São Paulo: Ática, 1999.

BENNETT, William J. (org.). *O livro das virtudes para crianças*. Trad. Cláudia Roquete Pinto, Ricardo Silveira, Luiz Raul Machado, Lia Neiva, Carlos Alves e Sofia Sousa Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILIPOVIC, Zlata & CHALLENGER, Melanie (orgs.). *Vozes roubadas: diários de guerra*. Trad. Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Rui de. *Três anjos mulatos do Brasil*. São Paulo: FTD, 2011.

PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro* Essex. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIQUEMAL, Michel & LAGAUTRIERE, Philippe. *Fábulas filosóficas*. Trad. Irami B. Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

RIBEIRO, Darcy & ALVES PINTO, Ziraldo. *Noção de coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

Matérias de jornal sobre DH

DE LUCENA, Eleonora. Páginas de sangue: os livros pensam a violência urbana. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/7/2012.

MAISONNAVE, Fabiano. Escravidão no mundo atinge 30 milhões. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/10/2013.

MENDONÇA, Ricardo. Carta faz 25 anos com 112 temas à espera de uma lei: várias normas previstas em 1988 ainda não foram aprovadas pelo Congresso. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 5/10/2013. (Caderno especial sobre o aniversário da Constituição.)

SCHWARCZ, Lilia Moritz & MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um pouquinho de Brasil: por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de “12 anos de escravidão”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 2/3/2014.

SCHWARTSMAN, Hélio. Genealogia da moral: o debate sobre a tortura mostra quão pouco sabemos de nós mesmos. *Folha de S.Paulo*, 3/3/2013.

SPINELLI, Evandro. Integrar as pessoas da cidade coíbe a violência: entrevista com o arquiteto José Armênio de Brito Cruz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/6/2012. (Entrevista sobre a questão da arquitetura social.)

Textos teóricos sobre Direitos Humanos, democracia e cidadania

ADORNO, Sérgio. *Os primeiros 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 1999. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=887&Itemid=122. Acesso em: 19 nov. 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. v. 1.

_____. Cidadania e direitos humanos. Em CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

_____. *Desafios para a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedac/Oikos, 2005. v. 1.

BENEVIDES, Maria Victoria & SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O eixo educador do Plano Nacional de Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos*, v. 5, p. 22-25. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

CARBONARI, Paulo César (org.). *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (coord.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DE LA TAILLE, Yves. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 65, p. 71-94. São Paulo: Cedec, 2005.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43. Universidade de São Paulo, Anpocs, 2008.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2. Campinas: Unicamp, 2010.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência: uma trajetória filosófica*. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Cortez, 2005.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. Em NALINI, José Renato & CARLINI, Angélica (orgs.). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 1, p. 89-99.

_____. O direito à educação: um longo caminho. Em BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 273-283.

VIOLA, Solon. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Unisinos, 2008.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Documentos

Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília: SEB/MEC, 2009.

Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPEP, 2019.

Currículo Integrador da Infância Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.

Decreto n. 54.454, de 10 de outubro de 2013, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, bem como delega competência ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica.

Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: Direitos Humanos. Resolução n. 8/2012.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012.

Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2016.

Nota Técnica 21 do Programa Mais Educação São Paulo, publicada em 10/10/2013. Disponível em: maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/documentos. Acesso em: 19 nov. 2014.

O que é importante lembrar no “Dia do Índio”: subsídios para a discussão da história e da cultura indígena. São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação, 2014.

O que não pode deixar de ser dito sobre o 13 de maio de 1888? Subsídios para a discussão da história e da cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Orientação Normativa n. 1/13. Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim *et al.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação, 2006.

Programa de Metas 2013-2016 do Município de São Paulo (gestão Fernando Haddad), que inclui a EDH. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/vide-os/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf. Acesso em: 8 dez. 2014.

Proposta de Programa de Reorientação Curricular e Reestruturação Organizacional da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2013. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/109200/Documentos/minuta_doc_consulta_publica.pdf. Acesso em: 8 dez. 2014.

Somos Todos Migrantes: educação e migrações na cidade de São Paulo. Curso optativo de formação continuada. São Paulo: Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes/Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Municipal de Educação/Serviço Franciscano de Solidariedade, 2015. No prelo.

Programas

Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.

Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Sites sobre Educação em Direitos Humanos

DHnet (item sobre EDH)

<http://www.dhnet.org.br/educar/index.html>

Site com diversas informações sobre EDH e que deve lançar em breve uma enciclopédia de EDH para dar apoio a planos de ação.

Portal de EDH da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo
<http://portaledh.educapx.com>

Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco

<http://observatorioedhemfoco.com.br>

Site com material pedagógico e indicações multimidiáticas.

Matérias de jornal sobre escola e DH

BALMANT, Ocimara. Construção da escola influencia aprendizado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/5/2011.

BEDINELLI, Tatiana & REWALD, Fabiana. Escolas se intrometem no que aluno faz em rede social: casos de ofensa e exposição negativa de colégios e estudantes são punidos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19/6/2011.

CADERNO ESPECIAL Quem educa os educadores? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4/8/2013.

CANCIAN, Natália & SARRES, Carolina. Violência ou educação? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. (Matéria sobre a Lei da Palmada.)

CANCIAN, Natália & TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo. Escolas excluem alunos de passeio cultural. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 21/11/2012.

EZABELLA, Fernanda. A arte da paz. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25/4/2011. (Matéria sobre um professor norte-americano e seu projeto.)

FRAGA, Érica. Educação explica 100% da desigualdade de renda: entrevista com o economista Alexandre Rands. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17/6/2013.

GOIS, Antônio. Finlândia na favela. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19/5/2011. (Notícia sobre escola municipal do Rio de Janeiro que obteve excelentes resultados.)

_____. Premiar e punir. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24/5/2010.

MANDELLI, Mariana. Alunos de baixa renda recebem menos conteúdo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/8/2011.

_____. Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/7/2011.

SHINODA, Alessandro & GALLO, Ricardo. Julia quer ir à escola. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31/8/2012. (Matéria sobre crianças sem teto que querem estudar.)

SOARES, Pedro. 58,4% ainda têm carências sociais, apesar de melhora. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29/11/2012.

TRINDADE, Eliane & VINES, Juliana. Lição de desrespeito. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 30/4/2013. (Matéria sobre episódio de violência sexual envolvendo alunos.)

Textos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos e escola

ARAÚJO, Ulisses F. (coord.). *Temas transversais, pedagogias de projetos e mudanças na educação*. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.)

ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO, Julio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* Convent Internacional/USP, v. 6, p. 43-50, 2001.

_____. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 38, p. 223-237. São Paulo: Cedec, 2004.

BROCHADO, Mariá; ABREU, Décio; FREITAS, Natália (orgs.). *Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Proex, 2009. (Coleção de artigos elaborada pelo Projeto Integrando Ações de Educação em Direitos Humanos em Minas Gerais, uma parceria entre o Fórum Mundial de Direitos Humanos

e a Universidade Federal de Minas Gerais. Órgão fomentador: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.)

BURATTO, Ana Luiza Oliva; DANTAS, Maria Coelho; MARCÍLIO DE SOUZA, Maria Thereza Oliva. *A direção do olhar do adolescente focalizando a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. & SACAIVINO, Susana B. (orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP&A, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 2, n.2. São Paulo, 2005.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. de 2009.

MARINHO, Genilson C. *Educar em direitos humanos e formar para cidadania no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación, Valores y Democracia*. Madri, 1998.

PONCE, Branca Jurema. Educação em valores no currículo escolar. *Revista E-Curriculum*. v. 5, n. 1. São Paulo, 2009.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Os jovens, a escola e os direitos humanos. *Relatório de Cidadania II*. São Paulo: NEV, 2002.

RESENDE, José Manuel & GOUVEIA, Luís. As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Fórum Sociológico*, n. 23, p. 10. Lisboa, 2013.

SACAIVINO, Susana B. *Democracia e educação em direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP&A/Novamerica, 2009.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

_____. *Política para meu filho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 39, p. 31-48. São Paulo, 2013.

_____. *Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. Brasília: MEC/Programa Ética e Cidadania, 2007.

YUS, Rafael. *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3. MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE DEMOCRACIA, PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DIÁLOGO E CONFLITOS NA ESCOLA

GVive (Ginásio Vocacional Vive em nossa mente e coração)
<http://gvive.blogspot.com.br>

Blog disseminador de notícias e mensagens da GVive sobre educação, experiências educacionais, eventos e conteúdos da GVive, dos Ginásios Vocacionais e do Serviço de Ensino Vocacional.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Carpeta Latinoamericana de Materiales Didacticos para Educacion en Derechos Humanos*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos/Centro de Recursos Educativos. Uruguai, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CECCON, Claudia et al. *Conflitos na escola: modos de transformar. Dicas para refletir e exemplos de como lidar*. São Paulo: Cecip/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

STONE, Douglas; PATTON, Bruce; HEEN, Sheila. *Conversas difíceis: como argumentar sobre questões importantes*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

VAN DEN BOSCH, Eduardo Rombauer. *Métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas*. Coordenadoria do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo/Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO